



ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

E EDUCAÇÃO POPULAR
EM SUZANO/SP



IVAN RUBENS DARIO JÚNIOR

E-BOOK

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E EDUCAÇÃO POPULAR EM SUZANO/SP

1ª Edição



Autor

Ivan Rubens Dário Júnior

DOI: 10.47538/AC-2026.30

ISBN: 978-6-55321-112-4



Ano 2026

E-BOOK

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E EDUCAÇÃO POPULAR EM SUZANO/SP

1ª Edição

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

D233o

Dário Júnior, Ivan Rubens

Orçamento participativo e educação popular em Suzano/SP [recurso eletrônico] /

Ivan Rubens Dário Júnior. - 1. ed. - Natal [RN] : Amplamente, 2026.
recurso digital

Formato: ebook

Modo de acesso: world wide web

ISBN 978-65-5321-112-4 (recurso eletrônico)

1. Orçamento - Suzano (SP) - Participação do cidadão. 2. Participação política -
Suzano (SP). 3. Educação popular - Suzano (SP). 4. Livros eletrônicos. I. Título.

CDD: 336.0148161

26-104195.0

CDU: 336.14:352(815.6)



Carla Rosa Martins Gonçalves - Bibliotecária - CRB-7/4782

Editora Amplamente

Empresarial Amplamente Ltda.

CNPJ: 35.719.570/0001-10

E-mail: publicacoes@editoraamplamente.com.br

www.editoraamplamente.com

Telefone: (84) 999707-2900

Caixa Postal: 3402

CEP: 59082-971

Natal/Rio Grande do Norte – Brasil

Copyright do Texto © 2026 Os autores

Copyright da Edição © 2026 Editora Amplamente

Declaração dos autores/ Declaração da Editora: disponível em:

<https://www.amplamentecursos.com/politicas-editoriais>

Editora-Chefe: Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas

Assistentes Editoriais: Caroline Rodrigues de F. Fernandes; Margarete Freitas Baptista

Bibliotecária: Carla Rosa Martins Gonçalves CRB-7/4782

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Diagramação: Luciano Luan Gomes Paiva; Caroline Rodrigues de F. Fernandes

Capa: Canva®/Freepik®

Parecer e Revisão por pares: Revisores

Creative Commons. Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC-BY-NC-ND).



Ano 2026

CONSELHO EDITORIAL

Dra. Andreia Rodrigues de Andrade
Dra. Camila de Freitas Moraes
Ms. Caroline Rodrigues de Freitas
Fernandes
Dra. Cláudia Maria Pinto da Costa
Dr. Damião Carlos Freires de Azevedo
Me. Danilo Sobral de Oliveira
Dra. Danyelle Andrade Mota
Dra. Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas
Dra. Elane da Silva Barbosa
Dra. Eliana Campêlo Lago
Dr. Elias Rocha Gonçalves
Dr. Everaldo Nery de Andrade
Dra. Fernanda Miguel de Andrade
Dr. Izael Oliveira Silva
Me. Luciano Luan Gomes Paiva
Dra. Mariana Amaral Terra
Dr. Máximo Luiz Veríssimo de Melo
Dra. Mayana Matildes da Silva Souza
Dr. Maykon dos Santos Marinho
Dr. Milson dos Santos Barbosa
Dra. Mônica Aparecida Bortoletti
Dra. Mônica Karina Santos Reis
Dr. Raimundo Alexandre Tavares de Lima
Dr. Romulo Alves de Oliveira
Dra. Rosângela Couras Del Vecchio
Dra. Smalyanna Sgren da Costa Andrade
Dra. Viviane Cristhyne Bini Conte
Dr. Wanderley Azevedo de Brito
Dr. Weberson Ferreira Dias

CONSELHO TÉCNICO CIENTÍFICO

Ma. Ana Cláudia Silva Lima
Me. Carlos Eduardo Krüger
Ma. Carolina Pessoa Wanderley
Ma. Daniele Eduardo Rocha
Me. Francisco Odécio Sales
Me. Fydel Souza Santiago
Me. Gilvan da Silva Ferreira
Ma. Iany Bessa da Silva Menezes
Me. João Antônio de Sousa Lira
Me. José Flôr de Medeiros Júnior
Me. José Henrique de Lacerda Furtado
Ma. Josicleide de Oliveira Freire
Ma. Luana Mayara de Souza Brandão
Ma. Luma Mirely de Souza Brandão
Me. Marcel Alcleante Alexandre de Sousa
Me. Márcio Bonini Notari
Ma. Maria Antônia Ramos Costa
Me. Maria Aurélio da Silveira Assoni
Ma. Maria Inês Branquinho da Costa Neves
Ma. Maria Vândia Guedes Lima
Me. Marlon Nunes Silva
Me. Paulo Roberto Meloni Monteiro
Bressan
Ma. Sandy Aparecida Pereira
Ma. Sirlei de Melo Milani
Me. Vanilo Cunha de Carvalho Filho
Ma. Viviane Cordeiro de Queiroz
Me. Wildeson de Sousa Caetano
Me. William Roslindo Paranhos



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	10
DESPERTA CIDADE DAS FLORES	16
DISPUTAS POLÍTICO-ELEITORAIS	20
SÍNTESE DA CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO OP	26
REUNIÕES PREPARATÓRIAS	28
PLENÁRIAS REGIONAIS DELIBERATIVAS.....	28
SECRETARIA EXECUTIVA DO OP.....	29
FÓRUM DE REPRESENTANTES	31
O CONSELHO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO CORPO.....	32
CARAVANA DO OP	33
O PROCESSO DO PONTO DE VISTA DA PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS ...	34
1º SEMINÁRIO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	34
O PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO – PPA PARTICIPATIVO.....	38
O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	39
AS REUNIÕES PREPARATÓRIAS	44
AS PLENÁRIAS REGIONAIS DELIBERATIVAS	44
POR UM JEITO ARTISTA DE PARTICIPAR	45
ASSEMBLEIA GERAL DE REPRESENTANTES.....	56
CORPO.....	57
CARAVANA	61
POR UM JEITO ARTISTA DE GOVERNAR A CIDADE.....	71
O DESAFIO DA DESCENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	72
A LUTA QUE FAZ A LEI.....	75
TEMPORALIDADES: ENTRE AIÓN E CHRÓNOS	75
SER DE ESQUERDA	77
(IN)FORMALIDADES	78
MAIS CIDADES (IN) VISÍVEIS: TEREZA, PAULO CEZAR E MARCELA.....	79
LAVAS NA PISCINA.....	81
NAQUELA MESA ESTÁ FALTANDO ELE	83
MESTRE CANDIDO É A BRECHA.....	84
SUJEITO RIO	87



DOBRADIÇA: CIDADE E SUJEITO.....	88
REFERÊNCIAS.....	90

APRESENTAÇÃO

O e-book *Orçamento Participativo e Educação Popular em Suzano/SP*, de Ivan Rubens Dário Júnior, convida o leitor a mergulhar em uma experiência concreta de construção democrática no espaço urbano, articulando gestão pública, participação social e processos educativos transformadores.

A obra nasce de uma vivência intensa e singular, marcada não apenas por fatos e acontecimentos, mas por aquilo que o autor denomina como “memórias do invisível”: marcas subjetivas, políticas e humanas deixadas ao longo da implementação do Orçamento Participativo no município de Suzano, entre os anos de 2005 e 2008. Trata-se de um relato que ultrapassa a simples descrição técnica de uma política pública, revelando os desafios, tensões, aprendizados e possibilidades que emergem quando o poder público se abre ao diálogo com a população.

Ao longo do texto, o leitor é conduzido por uma reflexão crítica sobre o papel do Estado, da cidade e, sobretudo, do sujeito na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Em um contexto marcado por limitações orçamentárias, desigualdades sociais e influências do capitalismo neoliberal, a experiência apresentada demonstra que a participação popular não é apenas um instrumento de gestão, mas um potente processo de formação política e de produção de novos sentidos para a vida coletiva.

A narrativa evidencia que o Orçamento Participativo vai além da definição de prioridades financeiras: ele se configura como um espaço de convivência, negociação, construção de pactos e fortalecimento do sentimento de pertencimento. Nesse movimento, cidadãos deixam de ser meros espectadores e passam a atuar como protagonistas, compreendendo melhor a dinâmica da cidade e reconhecendo-se como agentes capazes de transformá-la — e, simultaneamente, transformar a si mesmos.

Com uma abordagem sensível e reflexiva, o autor também problematiza uma questão central que atravessa toda a obra: “o que realmente fica?”. Para além das obras físicas e resultados materiais, o livro aponta para os legados imateriais da experiência — a ampliação da consciência política, o fortalecimento da coletividade, a construção de vínculos e a abertura de novos horizontes de participação e esperança.

Assim, esta obra se apresenta como uma importante contribuição para estudiosos, gestores públicos, educadores e todos aqueles interessados em democracia participativa, educação popular e gestão pública inovadora. Mais do que um registro histórico, trata-se de um convite à reflexão e à ação: repensar a cidade, reinventar o Estado e reafirmar o compromisso do sujeito com a construção de um mundo comum.

Boa leitura!



Momento de votação nas Plenárias Deliberativas do Orçamento Participativo. O crachá figura como identificação e instrumento de votação no OP em Suzano.

INTRODUÇÃO

[...] à medida em que fui mergulhando na memória para buscar os fatos e reconstituir sua cronologia, me vi adentrando numa outra espécie de memória, uma memória do invisível feita não de fatos, mas de algo que acabei chamando de “marcas”¹.

Às vésperas do Natal de 2004, um deputado estadual ainda no exercício do mandato e prefeito eleito me convidou para um café da manhã. A cerimônia de posse aconteceria no início da primeira manhã de 2005.

Mesa posta, palavra acesa². Iniciamos com futebol. Falamos sobre a cerimônia de posse, pensamos um pouco sobre as relações entre as instituições públicas na cidade, até que ouço o convite para compor a equipe de governo. Tudo apontava para um intenso trabalho na cidade, visto o desafio de implementar um programa de governo construído coletivamente em debates públicos. Sobre a mesa, omelete, pão, café e leite, suco e três possibilidades de atuação. Duas delas já experimentadas: a primeira, muito bem conhecida; a segunda, razoavelmente conhecida; portanto sem muitas novidades. A última, absolutamente inédita para a cidade e para mim: coordenar o orçamento participativo.

Titubeei!

Como escapar dessa situação?

Precisava de mais um tempo para elaborar a surpresa que tomou conta de mim. Contudo nenhum assunto outro teria força suficiente para mudar o foco e me garantir um tempinho a mais para pensar sobre isso, nem mesmo as possibilidades reais de uma temporada gloriosa para nosso mais querido São Paulo Futebol Clube. Fui enfático:

Preciso pensar!

Ao que ele respondeu:

Claro. Vou pedir um café expresso. É desse tempo que dispomos.

1 ROLNIK, Suely. Pensamento, corpo e devir. Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. Cadernos de Subjetividade, v. 1, n. 2, p. 241-251. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, PUC/SP. São Paulo, set./fev. 1993.

2 Da canção “Palavra acesa”, de José Chagas e o Quinteto Violado.

O amigo bem me conhecia. Sabia que minha decisão estava tomada desde a formulação do convite. Ineditismo, estudo, criação, invenção, novas possibilidades de experimentação individual e coletiva, enfim, todo um horizonte avistado através dessa janela aberta. Aceitei e me lancei neste alto-mar de mundo.

Nossa experiência aconteceu numa cidade específica da região metropolitana de São Paulo, essa ‘urbe imensa’. Suzano, como todas as cidades, é expressão material de uma construção coletiva. Neste estudo, pensamos que ao Estado local cabe tratar das questões da cidade, inserida, contudo, no capitalismo neoliberal que opera na destruição do pensamento e na captura dos sujeitos. Questões nacionais e globais batem à porta da Prefeitura o tempo todo. Como responder a isso? As demandas sociais são cada vez maiores, mais sérias e mais urgentes, e a nossa capacidade de responder a essas demandas é cada vez mais limitada jurídica e orçamentariamente. A vida parece estar se resumindo à esfera da sobrevivência em sua batalha violenta. Afinal, quanto mais vulnerável, quanto mais capturado, tanto mais dominado estará o sujeito. Os estudos sobre os processos de subjetivação nos interessam no sentido de compreender melhor o confronto entre o sujeito e a cidade. Pensamos que, ao produzir atitudes nesse processo de construção da cidade como espaço da materialização de uma vida mais interessante, ou seja, ao assumir um papel na produção da cidade, o sujeito está, ao mesmo tempo, produzindo a si mesmo, enquanto alguém capaz de assumir compromissos com o mundo.

Colocamos nosso foco na experiência concreta da implementação do orçamento participativo no período de 2005 a 2008, que promoveu ampla discussão pública sobre o custo de viver na cidade a partir do trabalho com o orçamento público. Como veremos nas páginas deste estudo, o orçamento participativo trabalha com as condições reais da sustentação da vida ao olhar para a cidade numa perspectiva econômica. Embora esse trabalho tenha como base a economia, não esteve restrito a essa dimensão. Na experiência também aconteceram convivência, estabelecimento de regras, construção de pactos, e,

portanto, muitos consensos estabelecidos sustentados em um lugar de pertencimento. Assim, temos um exercício da ação política, de tal modo que essa dimensão política do viver seja mantida sempre em movimento. E nesse movimento, as provocações e os estímulos quanto aos horizontes de uma vida possível afirmam que a cidade pode ser diferente. Em outras palavras, houve a produção de outros sentidos para ampliar a possibilidade de todos poderem fazer novas leituras de mundo, em uma multiplicação permanente dos sonhos, das utopias, dos saberes, da ciência, da esperança, tudo isso se articulando nesse movimento sustentado por uma experiência.

Vamos relacionar esse campo problemático compreendido como curiosidade disparadora deste estudo, aos desafios presentes na reinvenção do Estado, na reinvenção da cidade e na reinvenção do sujeito em sua disposição de assumir o compromisso com o viver na cidade. Pois bem, a cidade é o real, onde se dá a materialidade da vida. O Estado aqui compreendido como garantidor, ou seja, como legalidade, o jurídico, a institucionalidade, os pactos, as leis, acertos, as regras de convivência. O sujeito, por sua vez, está mais relacionado com aquilo que ele pode desfrutar disso tudo, pois, na medida em que o sujeito participa, na medida em que o sujeito interfere, na medida em que o sujeito se envolve, que decide, ele pode perceber que sua vida pode ser melhor e, nessa implicação com a cidade e o Estado, quando tudo se modifica, o próprio sujeito se modifica. Um campo mais amplo, um universo de possibilidades vai se descortinando diante do sujeito, novos sentidos se produzem, outras perspectivas vão aparecendo.

Muitas formas de posicionamento dos sujeitos em contextos de participação foram constantes durante toda a experiência: corpos à espreita experimentavam seus trânsitos entre momentos de expressão de dúvidas e oportunidade para elaborar perguntas. Num artigo publicado no jornal Diário de Suzano⁸ em dezembro de 2008 sob o título *A conversa que não houve...*, reproduzido abaixo, uma pergunta aparece repetidas vezes: então, o que fica? O que fica para a cidade e seus habitantes para além das obras físicas como materialidade da execução orçamentária por parte da Prefeitura Municipal?

A conversa que não houve...

Dois colegas se encontraram às vésperas do Natal. Amigos dos tempos de escola, os caminhos da vida levaram a amizade às baixas latitudes. Mesmo morando e trabalhando na mesma cidade, próximos física e ideologicamente, a rotina não permitia maiores aproximações, embora se vissem com certa frequência. Também, pudera: transformar o mundo num lugar melhor para todos dá trabalho e toma tempo.

No canto do salão de um discreto restaurante, longe dos olhos e ouvidos do mundo, ambos iniciaram o diálogo com amenidades. Eles foram interrompidos apenas para fazer um pedido: feijoada. Falaram sobre futebol, em que a afinidade com a mesma torcida provocou boas risadas. Falaram dos amigos e do passado. Comentaram sobre o resultado das eleições municipais, das alterações no cenário político, das especulações sobre a ‘dança das cadeiras’, dos sinais de tensão entre os grupos que disputam os espaços institucionais, daqueles movidos pelo interesse público e daqueles em que a legitimidade no exercício do poder podia ser questionada. Até que uma pergunta mudou o rumo da conversa: “então, o que realmente fica?”.

O nosso pensamento voou por outras paragens a partir dessa pergunta. As pessoas se conhecem, trabalham, convivem. Juntas, planejam uma viagem ou um churrasco. Trocam presentes no Natal. Tem projetos ainda maiores, como vida a dois, um bebê, dois, três... Então, o que realmente fica?

Muitos governos passaram, outros passarão. Outras correntes políticas atuantes em territórios regionais investem em suas propagandas sobre as habilidades de um suposto governo das coisas afirmando-se como sendo os bons gestores. E daí? Basta entrar numa escola da rede estadual, visitar uma unidade da Fundação Casa, uma delegacia, e constatar que a realidade é cruel. Então, o que realmente fica?

Para Machado de Assis, o melhor jeito de saber o que há dentro das ideias e das nozes é quebrando-as. Ao sair de casa, encha uma pequena mala com nozes, ideias e frases prontas. Nada mais cômodo. Quando chegar n’algum lugar, basta abrir a mala e sacar uma das ideias ou frases. Trata-se de um modo breve e econômico de fazer amizades, porque todos conhecem há muito tempo. De tão acostumados com essas ideias, as pessoas creem nelas mais do que em si mesmas. Quando topei o desafio de contribuir para ampliar a democracia

na cidade de Suzano, com um governo popular ilhado numa região conservadora a Leste de São Paulo, por meio da implementação do Orçamento Participativo, estávamos desarmados..., eu carregava um quebra-nozes. Quebramos várias ideias e percebemos que muitas estavam vazias. De dentro de algumas nozes saiu até um bicho feio e visguento.

O Orçamento Participativo é uma ferramenta de planejamento que permite ‘planejar com’. Na minha modesta opinião, é muito mais interessante do que ‘planejar para’ pois amplia a visão de mundo e funciona como processo de formação política. Esse método de planejamento cria as condições para que os participantes possam compreender os temas e se envolverem nas discussões tocando diretamente no núcleo político presente no viver urbano. Isto é, há uma conta a fazer na cidade a respeito dos custos necessários para a sustentação de uma vida no meio urbano. Decorre daí a partilha de recursos e de custos.

Havia ocasiões em que algum participante rompia o silêncio para fazer em público a sua pergunta: “na prática, o que vamos fazer?” A resposta exigia o envolvimento de um coletivo maior, e nem sempre era possível garantir que essa conversa pudesse acontecer...

Isso nos fez lembrar a fábula em que uma galinha e um porco resolveram fazer omelete com bacon. Coube à galinha entregar os ovos, coube ao porco entregar a vida. Tanto o porco quanto a galinha nos fazem pensar sobre os modos diversos de participação. Há um modo em que a participação não ultrapassa os limites próprios de quem se dispõe a fazer passeatas, envolver-se em manifestações, como expressões de indignação diante da dureza do real. E há outra forma de participação em que a vida precisa estar implicada. Os propósitos coletivos assumidos para a transformação do mundo em um lugar melhor para todos viverem não é tarefa fácil. Se para fazer um omelete é necessário quebrar os ovos, saindo da fábula, podemos pensar que para participar com eficácia devemos rever a nossa condição de nos implicar em nossos compromissos com o nosso entorno e com o outro, o nosso semelhante! A natureza desse implicar determina a materialidade da condição de presença e do compromisso com a alteridade, assim compreendida como a base para o real exercício da democracia.

As marcas impressas em nosso corpo vibravam, nossos cadernos de campo, os artigos produzidos e publicados quinzenalmente no período de 2005 a 2009 como registro dos acontecimentos no momento mesmo de sua realização. Tais publicações se apresentavam como uma espécie de caderno de campo tornado público na imprensa escrita regional. Nós mergulhamos na memória (essa espécie de memória do invisível) para fazermos

a busca pela resposta para a seguinte questão: A que conduz o Orçamento Participativo?

Organizamos, nesta publicação, os dados produzidos na experiência. Nós descrevemos um conjunto de práticas encadeadas em um amplo processo de elaboração do orçamento participativo para o município de Suzano em três abordagens. Em primeiro lugar, apresentamos a história da cidade e do governo no sentido de explicitar uma contextualização de espaço e tempo. Em seguida entramos no orçamento participativo propriamente dito em que damos uma ênfase maior no seu caráter organizativo, narramos a concepção dessa escolha política e sua execução em Suzano. Por fim, narramos esse processo a partir do ponto de vista da participação das pessoas que aceitaram o convite e viveram a experiência.

O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM SUZANO

Vamos apresentar a experiência no processo de implementação do Orçamento Participativo no município de Suzano entre os anos 2006 e 2008. Organizamos os dados produzidos na experiência realizada na cidade. Apresentamos, na primeira parte, uma síntese da história da cidade e uma síntese da história do governo eleito em novembro de 2004. Descrevemos algumas concepções políticas explicitadas no confronto com as contradições na materialidade do urbano nas condições reais da cidade investigada. Na segunda parte, apresentamos uma síntese do Orçamento Participativo, o modo como foi concebido e como foi implementado. Nessa parte, colocamos o foco no processo organizacional do ponto de vista da estrutura do trabalho realizado. Por fim, na terceira parte, apresentamos os elementos educacionais utilizando grande parte do material didático produzido na experiência e outras formas de registro que coletamos neste estudo. Nessa última parte, descrevemos o processo organizacional a partir do ponto de vista da participação das pessoas que se envolveram e, dessa maneira, fizeram essa história.

DESPERTA CIDADE DAS FLORES

Desperta cidade das flores / que almeja um porvir triunfal / Bandeira de
todas as cores / no peito um só ideal. Sentindo na alma o valor / do bem
que o progresso nos traz /
Somos seus filhos felizes / lutamos em busca da paz.

Avante! Avante Suzano! Para um futuro de glória.
Avante! Avante Suzano! Para o florir da vitória.

De vários lugares da Terra / vieram imigrantes formar / Potência ditosa
que encerra /
a grande paz de um altar. Trouxeram nas mãos uma flor, / trouxeram
indústrias também /
Hoje a Cidade progresso / se orgulha dos filhos que tem.

(Hino a Suzano. José de Gouvêa)

Consta no sítio da Câmara Municipal de Suzano que o início da colonização da Capitania aconteceu logo após a fundação da Vila de São Vicente, em 1532. O colégio dos Jesuítas se estabeleceu no planalto, na Vila de São Paulo, em 1554. Foi desse lugar que partiram os primeiros colonizadores para o interior da Capitania à procura de pedras ou metais preciosos. Nessas entradas, eles aprisionavam os índios para o trabalho escravo, e ao mesmo tempo alargavam os domínios da Coroa Portuguesa. De São Paulo saíram incursões descendo ou subindo o rio Anhembi, depois denominado Rio Tietê. De acordo com registros do início do século XVII, a sesmaria, cuja área que corresponde em grande parte ao território do atual município de Suzano, foi concedida a um senhor Rodrigues. A presença de ouro nas proximidades do rio Taiaçupeba despertou interesse e trouxe exploradores de regiões distantes.

Nos primeiros anos do século XVIII, foi erguida a capela de Nossa Senhora da Piedade na localidade denominada Antonio Francisco Baruel, marca do início da formação histórica da Suzano atual. Em meados do século XIX, eram 13 as casas dedicadas ao comércio, algo considerável para a época. Nessa localidade, foi criada uma escola de primeiras letras para meninos no dia 28 de março de 1870. Em 2007, uma lei municipal fixou justamente essa data de 28 de março como o Dia da Educação.

A instalação da linha férrea na ligação do rio Guaió e rio Taiaçupeba, bem próximo

à margem esquerda do Rio Tietê, criou novo vetor de crescimento urbano. Em 1875, uma pequena parada para a troca de lenha da locomotiva, a Parada Piedade (em respeito à Padroeira do Baruel), foi erguida no local. Antonio Marques Figueira, então contramestre da ferrovia, propôs o estabelecimento do núcleo urbano junto à parada de trem e, para tanto, contou com apoio de proprietários de terra naquela região³. O arruamento da Vila Concórdia foi aprovado em dezembro de 1890 com apoio dos maçons da capital da República recém-proclamada. Nesse processo, a vila do Baruel perde expressão.

No início do século XX, chegaram os primeiros imigrantes japoneses. As tradições da cultura japonesa compõem a paisagem urbana até os dias de hoje. Joaquim Augusto Suzano Brandão, engenheiro da ferrovia em Mogi das Cruzes, atendendo à solicitação do ainda povo Guaió, ergue, em 1907, uma estação em alvenaria. No ano seguinte, o local foi oficialmente denominado Suzano, tornando-se distrito em 1919 e conquistando autonomia de Mogi das Cruzes em 24 de dezembro de 1948 por meio de Lei Estadual. O primeiro mandato de vereadores e prefeito teve início no dia 2 de abril de 1949, data que marca o aniversário da cidade de Suzano. A Comarca de Suzano foi instalada em maio de 1962.

De acordo com o IBGE, em 1919 foi criado o distrito de Susano⁴, subordinado ao município de Mogi das Cruzes. Em 1948, elevado à categoria de município, Suzano foi desmembrada do município de Mogi das Cruzes e constituído do distrito sede. Em 1981, foram criados os distritos de Boa Vista Paulista e Palmeiras de São Paulo, anexados ao município de Suzano. Logo depois, em 1983, foram constituídos os três distritos: Suzano, Boa Vista Paulista e Palmeiras de São Paulo. Em 1984, a grafia foi alterada para Susano. Em 1988, o município estava constituído em distrito de Susano, distrito Boa Vista Paulista e distrito de Palmeiras de São Paulo. Em 1992, grafou-se definitivamente Suzano. Três anos depois, chegamos à configuração atual: distrito de Suzano, distrito Boa Vista Paulista, distrito Palmeiras de São Paulo.

Cerca de 1.700 metros separam a estação da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e a ponte sobre o rio Tietê na rua vereador João Batista Fitipaldi. Toda a porção Norte a partir desses dois referenciais é popularmente conhecida como Rio Abaixo. Trens e rio fluindo lado a lado. Trens fluem nos dois sentidos, ida e volta. Rios fluem

³ Guilherme Boucalt e Francisco Pinheiro Fróez, proprietários da fazenda Boa Vista e fazenda Revista. João Romariz, proprietário das terras conhecidas atualmente como Vila Amorim, além de autor do projeto de arruamento.

⁴ A grafia de Suzano com 'z' e Susano com 's' é proposital. Assim estão os registros que localizamos. Percebemos que houve variação, talvez por equívoco em algum momento, até que a grafia foi fixada definitivamente Suzano com 'z'.

em um único sentido inexoravelmente. Rios vão das nascentes até a foz. Queremos muito rapidamente marcar dois apontamentos importantes para nosso estudo acerca do rio Tietê: trata-se de um rio que nasce na encosta continental da Serra do Mar, mais precisamente na cidade de Salesópolis, distante cerca de 70 km de Suzano, vertendo para o interior. A segunda marcação refere-se ao nome, Tietê, de origem Tupi, resultado da junção de TI (água) e ETÉ (verdadeiro). Estamos falando de um rio de águas verdadeiras fluindo para o interior.

Suzano é um município da região metropolitana de São Paulo. É possível acessar Suzano utilizando transporte sobre trilhos (CPTM) para passageiros. O acesso rodoviário se faz principalmente pelas rodovias Ayrton Senna (antigamente denominada Rodovia dos Trabalhadores), Dutra, Carvalho Pinto, rodovia Índio Tibiriçá (ligação com rodovia Anchieta/Imigrantes), rodoanel e outros acessos. Suzano faz divisa com o ABC Paulista, está a cerca de 30 km do Aeroporto Internacional de Guarulhos e cerca de 100 km do Porto de Santos. O transporte ferroviário de carga transita pela linha MRS, com destaque para o Porto Seco da companhia Regional de Armazéns Gerais e Entrepostos Aduaneiros.

Ainda de acordo com o IBGE⁵, o Município de Suzano possui 206,236 km² de área territorial, está localizado na Região do Alto Tietê, entre a Zona Leste da Grande São Paulo e o Vale do Paraíba. O censo 2010 registra 133.786 mulheres e 128.694 homens, totalizando 262.480 habitantes, sendo 96,47% residente urbana. A distribuição da população no território está na ordem de 1.272,9 habitantes por km².

O IBGE informa haver forte influência da migração da Região Nordeste do Brasil na composição da população suzanense atual. É perfeitamente possível sentir as culturas japonesa, negra e nordestina em Suzano: os restaurantes dedicados à culinária japonesa e as ‘casas do Norte’, os sotaques, os jornais escritos em idioma japonês dispostos nas bancas ou durante a leitura em locais públicos (chegamos a perceber tais publicações protegendo paredes durante a pintura, forrando chão, disponíveis nas grandes hortas urbanas), as histórias que ouvíamos nas andanças pela cidade, o contato direto com o povo e a observação dos costumes, os templos religiosos e terreiros, as escolas de samba e tantas outras marcas impressas na cultura e na paisagem urbana. Se a realidade confirma essa presença, os dados oficiais (pelo menos os que tivemos acesso) não lhes dão igual relevo.

Em função dos festejos em homenagem ao centenário da migração japonesa no

⁵ Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=355250>>.

Brasil, a imprensa local divulgou em julho de 2015 a presença de aproximadamente 16 mil descendentes de japoneses em Suzano. Percebemos uma concentração dos japoneses na região do centro expandido e Sul da cidade, o que de alguma forma coincide com a atividade agrícola. Há empresas japonesas líderes em seus segmentos instaladas na cidade e os nomes próprios estão por toda parte. São clubes que mantêm as tradições japonesas, como a tradicional Festa da Cerejeira, que em 2015 realizou sua trigésima edição. A Academia Terazaki, conhecida como a primeira escola de judô na América, tem sua sede em Suzano. São três os templos religiosos com arquitetura oriental na cidade: Igreja Shingonshu Kongoji, Templo Budista Nambei Shigonshu Daigozan Jumyoji e Templo Honpa Hongwanji de Suzano. Certamente, existem outros.

A intensidade das festas juninas e a grande Festa Nordestina em Suzano organizada pela Paróquia Santa Rita (na região Norte da cidade) e Prefeitura Municipal, com comidas típicas (tapioca, buchada de bode, baião de dois, bobó de camarão, sarapatel e caldo de mocotó), apresentações de música típica regional, demonstram o cultivo de tradições do Nordeste brasileiro na cidade. É muito comum observarmos nas feiras livres e nos cardápios dos restaurantes, dos mais sofisticados aos mais simples, o encontro das gastronomias: yakissoba, tempurá, temaki, pastel, tapioca, caldos, espetinhos, massas, dentre outros.

A feijoada é o prato comum servido às quartas e sábados nos restaurantes da cidade. O movimento negro atuante na cidade e região ganhou ainda mais expressão quando esse setor, somando com outras forças políticas vinculadas às classes populares, acessou a Prefeitura pela porta da frente. Com o apoio da prefeitura, suas iniciativas ganharam relevo. As atividades em reverência à consciência negra, as Rodas de Todos os Santos, as caminhadas e cortejos pelas ruas da cidade com manifestações culturais e religiosas lhes deram mais visibilidade na cidade. O Pavilhão da Cultura Afro-brasileira Zumbi dos Palmares situado no interior do parque municipal Max Feffer, apesar de recente, talvez seja uma das poucas marcas físicas, em termos de equipamentos públicos, na paisagem urbana que destacam a importância da comunidade negra na composição étnica que Suzano abriga.

As palavras de origem indígenas marcam também alguns lugares da cidade, denominando equipamentos públicos, e fazendo referência à presença histórica do povo e da cultura indígena nessa região. Nos campos de 'Mirambawa', o antigo clube Mirambava, depois de incorporado ao patrimônio público municipal, foi transformado no Complexo

Educacional Mirambava⁶, a Represa Taiaçupeba e rio Taiaçupeba, a rodovia índio Tibiriça, o rio Tietê, o rio Una etc. Um memorial foi construído no jardim Ikeda em homenagem aos índios enterrados naquela região, cujos indícios sugerem sepultamentos realizados entre 1906 e 1934⁷. As Conferências de Promoção da Igualdade Racial foram frequentes no período de 2005 a 2012, contando com a participação dos movimentos sociais e populares, e a presença dos representantes de grupos organizados em torno da preservação da memória indígena regional. Nesse particular da composição da população suzanense, é importante registrar a abundância de informações disponíveis sobre a presença da colônia japonesa; são raras as informações organizadas e disponíveis sobre a presença nordestina; e são raríssimos os dados sobre a presença dos negros e dos indígenas, bem como sobre a sua participação na construção da cidade.

DISPUTAS POLÍTICO-ELEITORAIS

No esforço de contextualizar a gênese do Orçamento Participativo no jogo das forças políticas que disputavam os espaços institucionais em Suzano, vamos utilizar os dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para demonstrar sua organização e seu desempenho eleitoral nas últimas décadas. Na Tabela 1, percebemos o histórico dos mandatos no Poder Executivo. Nós chamamos a atenção para a força eleitoral da articulação partidária entre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), o Partido Democrático Social (PDS) e o Partido da Frente Liberal (PFL) com seis mandatos, seguido pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com quatro mandatos, Partido Social Democrático (PSD) com dois mandatos e Partido dos Trabalhadores (PT) também com dois mandatos. Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 16 em junho de 1997 permitindo a reeleição dos mandatos para um único período subsequente, no caso de Suzano, tanto o PFL quanto o PT gozaram desse direito, conquistando, respectivamente, suas reeleições nos pleito de 2000 e 2008. Ainda na Tabela 1, acrescentamos o nome do vice-prefeito para demonstrar a presença de representantes da colônia japonesa na movimentação política com vistas ao poder executivo.

Nas últimas décadas, a força política articulada em torno da candidatura de Estevam Galvão de Oliveira⁸, Arena/PDS/PFL/DEM, mostra-se mais consolidada. A outra força

6 Equipamento vinculado à Secretaria Municipal de Educação em 2008 como parte das ações voltadas à formação dos profissionais da rede municipal e atividades afins.

7 Dados da Prefeitura de Suzano quando da construção do Memorial em 2006.

8 Natural de Garça/SP em 1942.

política se organiza em torno do Partido dos Trabalhadores que, disputando todas as eleições municipais com candidatura própria, a partir de 2000 fixa expressão eleitoral em Marcelo de Souza Candido⁹.

Bacharel em direito, Estevam foi vereador entre 1973-1977 e foi prefeito pela Arena entre 1977-1982, pelo PDS entre 1989-1992, pelo PFL entre 1996-2000-2004. Foi deputado federal entre 1983-1987, quando rompeu com o PDS. Foi deputado estadual pelo PL entre 1994-1996. Nas eleições de 2006, foi eleito, mais uma vez, deputado estadual pelo PFL. Foi líder do Democratas (DEM) na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), reeleito em 2010 e 2014. Sua primeira e única derrota eleitoral aconteceu em 2008. De outro lado, no Partido dos Trabalhadores, José de Souza Candido¹⁰ iniciou sua vida política no sindicato dos trabalhadores rurais da cidade de Oriente e região. Migrou para Suzano, onde trabalhou como operário (torneiro mecânico) e constituiu-se liderança no Jardim Revista, periferia de Suzano, por sua participação na fundação da comunidade católica e na construção do centro comunitário da sociedade amigos de bairro. Disputou sua primeira eleição para vereador em 1982. Foi vereador à câmara municipal de Suzano entre 1988-1992, 1992-1996, 1997-2000. Seu filho, Marcelo de Souza Candido, acompanhou de perto a vida pública do pai, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores em 1990. Técnico em contabilidade e Geógrafo¹¹, disputou o executivo municipal no pleito de 2000, ficando em segundo lugar com 38,88% dos votos válidos. Em 2002, com 44.035 votos em Suzano, Marcelo somou votação suficiente para chegar à Alesp como deputado estadual. Venceu as eleições municipais em 2004, reelegendo-se em 2008. Durante o exercício dos mandatos de Marcelo Candido à frente da prefeitura de Suzano, José Candido chegou à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 2006 e 2010. Seu Candido, como era popularmente conhecido, faleceu em fevereiro de 2012. Ele e Marcelo são negros. O povo se refere a Estevam como “alemão”.

Observando o Gráfico 1, queremos destacar que Marcelo Candido e Estevam Galvão se enfrentaram diretamente na disputa à prefeitura de Suzano em duas oportunidades: 2000 e 2008. Na primeira disputa, Estevam foi reeleito prefeito com uma vitória apertada, cerca de 2,5%. Os dois candidatos somaram cerca de 80% dos votos válidos naquele pleito. Na segunda oportunidade em que se enfrentaram diretamente, Marcelo foi reeleito com uma

9 Natural de Marília em 1969.

10 Natural de Sabino/SP em 1942.

11 Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Rio Claro/SP, no período de 1993-1996.

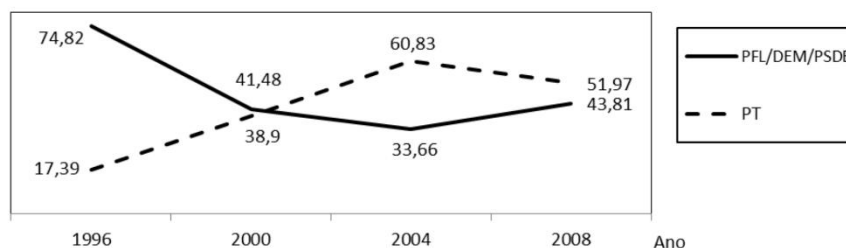
vitória mais folgada, algo em torno de 8% sobre o então deputado estadual Estevam Galvão¹². Os dois candidatos somaram aproximadamente 95% dos votos válidos no pleito de 2008.

Tabela 1 – Histórico dos prefeitos no município de Suzano/SP

nº	Nome	Partido	Período de mandato		Obs.
1	Abdo Rachid	PSD	2/abril/1949	1/abril/1953	
2	Alberto Nunes Martins Vice: Francisco M. Figueira	UDN	2/abril/1953	1/abril/1957	
3	João Alves Machado	PSD	2/abril/1957	1/abril/1961	
4	Firmino José da Costa	PDC	2/abril/1961	1/abril/1965	
5	Paulo Portela	PSP	2/abril/1965	1/abril/1969	
6	Pedro Sinkaku Miyahira	ARENA	2/abril/1969	30/jan/1973	
7	Firmino José da Costa	ARENA	31/jan/1973	31/jan/1977	
8	Estevam Galvão de Oliveira Vice: Kazuhiro Mori	ARENA / PDS	1/fev/1977	Renunciou em 14/maio/1982	
9	Aristides José Rodrigues	PDS	15/maio/1982	31/jan/ 1983	Assumiu após a renúncia do titular
10	Firmino José da Costa	PMDB	1/fev/1983	Cassado em 4/maio/1987	
11	Pedro Ishida	PMDB	5/maio/1987	4/jul/1988	Assumiu após a cassação do titular
12	Firmino José da Costa	PMDB	5/jul/1988	31/dez/1988	Assumiu c/ liminar
13	Estevam Galvão de Oliveira Vice: Paulo Fumio Tokuzumi	PFL	1/jan/1989	31/dez/1992	
14	Paulo Fumio Tokuzumi	PMDB	1/jan/1993	31/dez/1996	
15	Estevam Galvão de Oliveira Vice: Kazuhiro Mori	PFL	1/jan/1997	31/dez/2000	
			1/jan/2001	31/dez/2004	Reeleição
16	Marcelo de Sousa Cândido	PT	1/jan/2005	31/dez/2008	
			1/jan/2009	31/dez/2012	Reeleição

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral.

Gráfico 1 – Resultados eleitorais em Suzano/SP (poder executivo) entre 1996 e 2008 em %



Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL.

Nossos fluxos se cruzaram durante a graduação em Geografia. Desde 1993, acompanhamos essa história em Suzano, seja no convívio universitário, seja frequentando a casa de seu Candido no Jardim Revista. Nossa presença se intensificou em 2000, ganhando ainda mais intensidade a partir de 2002 quando mergulhamos no fluxo desse movimento político. Fixamos residência na cidade de Suzano em 2003. Atravessamentos, fluxos laterais,

¹² Durante parte desse mandato, Estevam se licenciou do legislativo estadual para assumir a subprefeitura de Guaianases durante a gestão José Serra.

correntezas: nosso convívio pessoal, militância, contato com os movimentos sociais e populares, participação ativa na luta política e linha de frente nas disputas e campanhas eleitorais, participação no governo da cidade, criação do Orçamento Participativo e envolvimento em outras políticas de participação popular, tudo isso foi se compondo no ineditismo da experiência, dos encontros e dos acontecimentos.

Para além dos votos e das diferenças programáticas, um jeito de governar a cidade também estava em disputa. Vamos apresentar dois importantes registros que marcaram essa disputa: 1) No programa de governo apresentado durante o processo eleitoral em 2000, o tema amplo da participação popular junto ao governo local apareceu como alternativa àquilo que a Frente Suzano sem Exclusão¹³ chamou de “uma forma clientelista e viciada de fazer política institucional”; 2) Na disputa eleitoral de 2004, a coligação Reconstruindo Suzano¹⁴ publicou e distribuiu um caderno com as “Diretrizes do Programa de Governo”, cuja metodologia ali registrada lançava as bases para o Orçamento Participativo. Nós percebemos, neste último documento, que é o registro das diretrizes, alguns elementos que são importantes para obtermos uma compreensão sobre a gênese da experiência aqui descrita. De início, o texto relata um trabalho coletivo. Eram mais de mil pessoas presentes nos 13 encontros realizados entre 12 de junho e 15 de julho no espaço denominado “ideias no lugar”¹⁵.

Tais encontros tinham por objetivo discutir as políticas públicas na cidade: Educação, Saúde, Transporte, Cultura, Esporte e Lazer, Política Social e outros temas de interesse popular. As reuniões começavam com as provocações a partir da mesa coordenadora dos trabalhos e as contribuições de pessoas convidadas a expor experiências vividas em outras

13 Frente composta pelos seguintes partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU).

14 Frente composta pelos seguintes partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido da Mobilização Nacional (PMN) e Partido Popular Socialista (PPS).

15 Tratava-se de um imóvel cedido por um apoiador da campanha eleitoral, situado na esquina da Rua Monsenhor Nuno com a Rua Jácomo Braghioli, no centro da cidade.

idades. Em seguida, o debate acontecia no diálogo aberto entre os presentes, envolvendo cerca de 80 a 100 pessoas em média. Ao mesmo tempo, uma equipe cuidava dos registros das falas, das imagens e mesmo dos desenhos e frases das crianças que chegavam acompanhando os adultos. Um programa de governo foi elaborado a partir das análises das discussões, dos registros das reuniões e das propostas construídas no calor desse movimento. Além dos textos, o caderno de 50 páginas traz ilustrações, trechos de canções e poesias. Uma parte dos desenhos produzidos pelas crianças durante os encontros também foi incorporada ao caderno. Nós nos responsabilizamos com a coordenação desse processo, o que nos permitiu vivê-lo intensamente.

O fato de podermos estar presentes nos encontros significou a condição para estabelecer as relações com as pessoas, uma oportunidade para saber sobre os seus pensamentos na relação com a cidade, sobre a Prefeitura, os interesses e sonhos, enfim, as forças que as traziam para aquele espaço de luta política. Quantas pessoas chegavam demonstrando certa desconfiança e, com o desenrolar das conversas, iam se abrindo ao debate, aceitando o contraditório, percebendo que a cidade é complexa. Nós percebemos também a surpresa dos presentes quando da leitura do registro do encontro ao final da reunião, uma espécie de carta de intenções que, submetida à plenária, recebia ajustes, supressões, inclusões, até ganhar a aprovação do grupo. Essa mistura de expectativa e desconfiança produzia, ao final de cada encontro, uma espécie de energia na plenária. Uma convicção se construía no trabalho coletivo.

Nós percebemos ainda que novas possibilidades de ação política iam devagar se construindo na experiência. Um laboratório de invenções foi, com o tempo, desdobrando-se em outras experimentações e outros espaços, inclusive nas estratégias de campanha de um modo geral, e no corpo a corpo pelas ruas da cidade.

A primeira diretriz apresentada aborda a questão da gestão pública com o título “gestão democrática e participação popular”. Ela também fazia parte do caderno que foi organizado para apresentar as diretrizes do Programa de Governo. Dentre as propostas apresentadas, destacamos as seguintes:

- Incluir o cidadão no processo de decisão sobre os rumos da cidade;
- Acompanhar de perto o exercício do mandato do prefeito;
- Participação da população nos processos decisórios, na definição das prioridades orçamentárias e na elaboração das políticas públicas;
- Romper com a cultura do paternalismo, do clientelismo e do messianismo; Para tanto, entre outras coisas, o referido programa de governo propõe:
- Orçamento participativo, fortalecimento dos conselhos municipais, congresso da cidade e outra relação com o poder legislativo.

A segunda diretriz apresentada é “Administração pública transparente e de qualidade”. O texto sugere um aprofundamento da primeira diretriz colocando o foco das mudanças na instituição prefeitura: prestações de contas, descentralização de serviços públicos, integração de secretarias municipais, canais de comunicação como a ouvidoria municipal¹⁶, por exemplo. Cabe destacar ainda que propostas visando à redução da distância entre governo e comunidades aparecem praticamente em todas as diretrizes. O orçamento participativo em particular aparece ainda nas diretrizes que tratam da “educação, da saúde e da política social”.

A assessoria da presidência da câmara municipal e o governo de transição organizaram a primeira sessão legislativa com o objetivo de, como é de costume, dar posse solene ao prefeito e aos vereadores eleitos e, em seguida, eleger sua mesa diretora. Atendendo ao seu regimento interno, a primeira sessão legislativa tem esses objetivos. Optamos por utilizar o jardim interno da câmara em detrimento do plenário e do limitado espaço da galeria. As intensas negociações para eleição da mesa da câmara, a articulação política, a tensão em torno da disputa pela presidência da casa legislativa, tudo isso carregava de expectativas o

16 A Ouvidoria Geral do Município foi criada em 2005, passando a funcionar logo em seguida.

ambiente. Apesar disso, sentíamos no ar uma euforia, uma alegria, como se anunciando um novo tempo de esperanças. Com o jardim lotado, as pessoas, por iniciativa própria, subiram a escadaria do paço municipal e ocuparam os dois andares superiores para, debruçadas no guarda corpo, acompanhar a solenidade de posse. Em seu discurso, o prefeito anunciou um governo apoiado em cinco eixos:

- Participação popular;
- Desenvolvimento sustentável;
- Combate à corrupção;
- Inclusão Social;
- Cidade legal.

Logo nas primeiras semanas, o executivo encaminhou para a câmara municipal um projeto de lei com pequena reorganização administrativa. Nesse contexto, criamos uma “assessoria especial para implementação do orçamento participativo” (OP) vinculada ao gabinete do prefeito. Uma pergunta já nos acompanhava: como institucionalizar uma fronteira, um espaço entre o movimento que institui e o poder instituído? Dito de outra maneira, como administrar¹⁷ a tensão permanente entre o Estado e o movimento social? Nós não nos referimos aqui a uma prática política que consiste em administrar meramente no sentido de gerir, de controlar essa tensão. Pelo contrário, pensávamos em cuidar dessa tensão no sentido de aproveitá-la em sua potência disparadora de movimentos. Os desafios estavam, desde então, diante dos nossos olhos.

SÍNTESE DA CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO OP

Três decretos municipais (2006, 2007 e 2008) deram legalidade ao Regimento Interno do Orçamento Participativo. Toda regulamentação jurídica foi construída com apoio da Secretaria de Negócios Jurídicos da Prefeitura. Um procurador que demonstrava muita habilidade no trabalho com movimentos populares nos apoiou nessa produção legislativa e,

¹⁷ Ressaltamos a escolha do verbo ‘administrar’. Habitávamos, à época dessa pergunta, territórios existenciais, linhas de quem acompanhava processos e, ao mesmo tempo, espaços institucionais onde essa terminologia é muito presente e capturada pelos sentidos produzidos nas políticas de Estado e as outras políticas. Reforçamos administração no sentido de sustentação, de cuidado, no sentido pedagógico (agogós), daquele que conduz pela mão como apoio ao movimento do outro, mais coerente com o sentido experimentado em uma política como ampliação do universo de possíveis.

dessa forma, fomos experimentando um exercício de fronteira entre as certezas dos regulamentos típicos do Estado e as idas e vindas do movimento na materialidade das disputas, acirramentos e afrouxamentos, reuniões, plenárias e outras formas de trabalho coletivo. Na leitura do parecer jurídico¹⁸ que fundamentou a edição do primeiro decreto municipal, percebemos a opção por esse instrumento como possibilidade de autorregulamentação e, dessa forma, garantindo algum equilíbrio entre o tempo da burocracia e o tempo da tomada de decisão na materialidade da experiência do OP. Dessa maneira, todo o trabalho de avaliação e planejamento foi atribuído ao Conselho do Orçamento Participativo.

O primeiro decreto municipal foi elaborado por um grupo de governo que, em parte, constituiu posteriormente a Secretaria Executiva do OP. Esse grupo contava também com representantes dos partidos coligados no processo eleitoral. Foram criados, já nessa primeira edição de regimento interno em forma de decreto municipal, os instrumentos que abordaremos a seguir. Depois de eleito, o Conselho do OP 2006 aprimorou esse decreto e construiu o Regimento Interno do Orçamento Participativo de Suzano que vigorou a partir de 2007. Um compromisso ia se construindo nesse processo denominado ‘avaliação’ do OP e ‘planejamento’ do ciclo seguinte. Havia um olhar para o trabalho realizado no presente e outro olhar dirigido para o que está por vir.

Havia uma preocupação com o manejo da linguagem. Os decretos, por exemplo, exigem uma linguagem particular, típica do jurídico e da administração pública. O Regimento Interno foi traduzido em material de trabalho para o conselho, uma espécie de material didático. Todo conselheiro titular, suplente e demais apoiadores recebiam um caderno logo no início dos trabalhos do conselho eleito, caderno este apresentado como “as regras do jogo”. Nele, o Orçamento Participativo está definido como “um processo de participação direta da população na elaboração do planejamento e execução orçamentária no município de Suzano”.

Quanto ao funcionamento, o OP possuía as seguintes instâncias:

I – fase externa:

- a) Reuniões preparatórias;
- b) Plenárias regionais deliberativas;

18 Do advogado Marcos Pedroso Mateus.

II – fase interna:

- a) Secretaria executiva;
- b) Assembleia Geral dos Representantes e Fórum dos representantes;
- c) Conselho do Orçamento Participativo, o Corpo;
- d) Comitê de Acompanhamento da Execução do Plano de Investimentos.

REUNIÕES PREPARATÓRIAS

O Conselho organizou espaços informais, abertos e irrestritos, com a finalidade de comunicar o OP, informar sobre o orçamento público, convidar para as Plenárias Regionais Deliberativas e, dessa maneira, ajudar a população a aprimorar a participação e a atuação de todos nas mais diversas atividades. A convocação das Reuniões Preparatórias era de livre iniciativa, bastando, para tanto, entrar em contato com o Corpo ou, no início do processo em 2006, com alguém da equipe de coordenação na prefeitura municipal. No Regimento Interno do OP, tais reuniões preparatórias tinham por objetivos:

- Estimular a participação popular nas Plenárias Regionais Deliberativas;
- Explicar o funcionamento do Orçamento Participativo;
- Apresentar e discutir o planejamento orçamentário municipal.

PLENÁRIAS REGIONAIS DELIBERATIVAS

As Plenárias Regionais Deliberativas estão definidas como espaço de participação direta para discussão e deliberação das questões do OP com os objetivos de:

- Dar publicidade ao processo do OP;
- Informar e discutir ações do poder público municipal;
- Prestar contas das demandas do OP, relativas aos ciclos anteriores;
- Discutir, apresentar e votar as demandas;
- Eleger um conselheiro titular, um conselheiro suplente e representantes para as demais fases do OP.

Ao chegar à escola que sediava a Plenária, a população era recebida por uma equipe da prefeitura responsável por realizar o credenciamento de cada participante. Essa participação era aberta a todos/as, contudo o direito de votar estava restrito a moradores dos bairros e loteamentos que compunham a referida região. Qualquer morador presente na Plenária e devidamente credenciado poderia se candidatar ao Conselho do OP, tendo, para tanto, apenas que registrar seu interesse.

Durante as Plenárias, aconteciam Grupos de Trabalho (GT's), lugar onde as discussões se aprofundavam. Com duração mínima de uma hora, nos GT's a população listava as questões livremente e, por meio de votação, ordenava-as numa lista de prioridades. O critério de composição dos Grupos de Trabalho era aleatório e a identificação estava no crachá distribuído aos presentes nas mesas de credenciamento. Os GT's reuniam normalmente 30 pessoas numa sala de aula e três pessoas vinculadas à coordenação do OP assumiam a tarefa de organizar e apoiar o fluxo de todas as atividades do grupo. Os trabalhos começavam com as apresentações e os combinados no grupo. Ao final, o grupo ainda escolhia seus representantes para sequência do OP na proporção de um para 10. Esses representantes apoiavam o trabalho do Conselheiro da sua região no Conselho do OP, participavam da Assembleia Geral dos Representantes e do Fórum dos Representantes.

Encerrados os GT's, constituía-se novamente a plenária no pátio da escola. As demandas mais votadas nos GT's eram submetidas à votação final. Assim, toda Plenária Regional Deliberativa elegia três demandas como as prioritárias da região, e um escolhia um representante para assumir a função de conselheiro.

SECRETARIA EXECUTIVA DO OP

Um pequeno grupo de pessoas vinculadas ao poder público municipal atuava oferecendo o suporte técnico ao OP. As atribuições dessa instância estavam explicadas no Regimento Interno da seguinte forma:

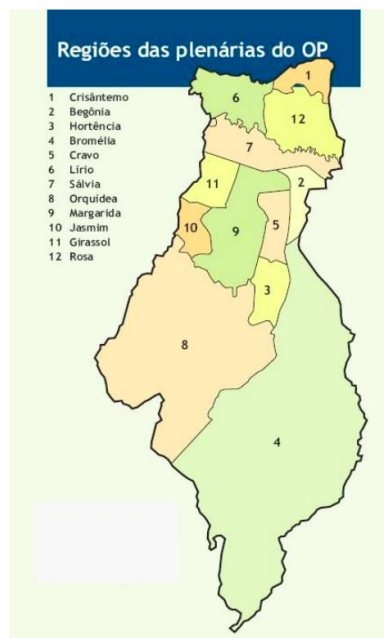
- Propor o calendário e a regionalização do OP ao Corpo;
- Dar o suporte e os subsídios necessários ao funcionamento do OP;
- Tornar público o Orçamento Participativo e seus resultados;
- Participar do Corpo por meio dos indicados pelo Poder Executivo;

- Facilitar o acesso e a permanência da população nas diversas fases do OP.

Neste último item, algumas iniciativas merecem destaque. Sempre que um grupo organizado numa reunião preparatória indicava a dificuldade de acesso à escola sede da Plenária Regional Deliberativa, na medida do possível a prefeitura oferecia transporte. Combinávamos que a organização do grupo, o estabelecimento de um ponto de encontro, os horários, o trajeto etc., tudo isso ficaria sob a responsabilidade do grupo interessado em, utilizando o transporte, participar da Plenária. O nosso esforço em apoiar os interesses populares partilhando tarefas e responsabilidades, para além de atender algumas necessidades, funcionava como uma espécie de exercício coletivo.

Essa informação sobre o transporte pode parecer menor, mas considerando as dimensões territoriais das duas regiões no distrito das Palmeiras de São Paulo, a necessidade de apoio para a locomoção é real. A Figura 1 traz o mapa utilizado em todo o período de funcionamento do Orçamento Participativo em Suzano. Nele, é possível visualizar todas as regiões e suas dimensões territoriais. Uma linha sinuosa que pode ser observada no mapa entre as regiões 6, 12 e 7 se refere ao rio Tietê.

Figura 1 – Mapa ilustrativo da organização territorial do OP



FONTE: Prefeitura Municipal de Suzano/SP.

Em meio à organização das atividades, nós ficávamos preocupados em criar estratégias que servissem de apoio para a permanência das pessoas em todo o tempo. Dentro

dessa preocupação, oferecemos um café servido a todos. Nós também organizamos as atividades para as crianças. Essas atividades foram estratégicas e se mostraram fundamentais. Havia também uma necessidade específica das mulheres quanto ao cuidado com as crianças, com os seus filhos. Nós percebemos isso logo nos primeiros encontros ainda em 2005. De início, organizamos a “creche do OP”, aprimorada na avaliação de 2007 que deu origem à “ciranda do OP”. Falaremos da ciranda, uma rica experiência de participação de crianças e adolescentes na discussão da cidade com respeito ao tempo da infância, ainda neste capítulo.

FÓRUM DE REPRESENTANTES

O Fórum de Representantes era compreendido como espaço de participação dos delegados eleitos nos Grupos de Trabalho organizados em cada Plenária Deliberativa. De acordo com os documentos, o fórum era composto numericamente por 10% dos presentes nas Plenárias. Por exemplo: numa Plenária com 300 pessoas, 10 salas de aula seriam ocupadas com Grupos de Trabalho, totalizando 30 representantes, sendo três por sala. O Fórum dos Representantes tinha por objetivos:

- Apoiar o trabalho do conselheiro da região;
- Ajudar na difusão das informações do trabalho do conselho do op;
- Colaborar na mobilização popular;
- Reunir-se quando necessário.

A Assembleia Geral de representantes, por sua vez, era uma reunião específica do Fórum dos Representantes com objetivos específicos:

- Promover o encontro de integração dos grupos que participaram das Plenárias Regionais;
- Eleger 12 conselheiros (e 12 suplentes) para o Corpo;
- Dar publicidade ao conjunto das prioridades eleitas nas 12 Plenárias.

Até aquele momento, cada participante conhecia apenas as prioridades eleitas na plenária da sua região. Por isso, trabalhávamos sempre atentos em considerar a especificidade de cada parte e sua relação com o todo. Nós nos preocupávamos em cuidar das relações entre o sujeito e o coletivo, entre bairro/ conjunto de bairros/região e a cidade. Nesse

momento em particular, a cidade compreendida como o conjunto das 36 prioridades eleitas no respectivo ciclo do OP e 24 conselheiros titulares e igual número de suplentes eleitos, originando um Corpo para o trabalho coletivo durante a fase interna do OP. Em toda essa organização, nós produzíamos vídeos com as imagens reais de todas as plenárias regionais, apresentando as informações de cada uma delas como, por exemplo, o público presente, o número de representantes eleitos nos GT's, o conselheiro eleito e seu suplente, além das decisões tomadas nas respectivas votações finais.

O CONSELHO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO CORPO

O Conselho do Orçamento Participativo (Corpo) estava compreendido como espaço de participação de conselheiros para discussão e deliberação de questões pertinentes ao OP. De acordo com o Regimento Interno, tinha os seguintes objetivos:

- Encaminhar ao prefeito municipal o “plano de investimentos”¹⁹ para apreciação e inclusão no projeto de lei do orçamento anual;
- Acompanhar a execução do plano de investimentos;
- Manter informados representantes e região sobre as questões do op.

Dentre as tarefas que cabiam ao Corpo, destacamos:

- Convocar a Caravana do Orçamento Participativo;
- Pensar o OP produzindo coletivamente valores, o que denominávamos “avaliação do processo”; apontar/criar/inventar/descobrir/experimentar novas possibilidades visando ao aprimoramento. Nesse ponto está o caráter de autorregulamentação do OP, ou seja, avaliação e planejamento compreendidos como processualidade.

Depois de realizadas todas as Plenárias Regionais e reunidos todos os representantes em Assembleia Geral, estava composto um Corpo: 12 conselheiros eleitos diretamente nas

¹⁹ Plano de investimentos do OP é o documento que materializa as decisões do Corpo. A partir dos estudos de viabilidade, representa a compatibilização entre as prioridades eleitas nas Plenárias e os limites previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor naquele ano fiscal.

Plenárias²⁰; 12 conselheiros eleitos na Assembleia Geral dentre os representantes de Grupos de Trabalho e oito indicações do Poder Executivo. Portanto, um Corpo se constituía com a participação de uma maioria popular: 2/3 sociedade civil e 1/3 governo.

O mandato do Corpo vigia até a posse do Corpo eleito no ciclo seguinte. Uma reeleição para o período subsequente esteve permitida. Já a coordenação dos trabalhos era composta por quatro conselheiros escolhidos na primeira reunião ordinária.

CARAVANA DO OP

A Caravana do OP era a oportunidade de intensificar o trânsito pela cidade na medida em que o Corpo realizava os seus estudos sobre as prioridades eleitas nas plenárias, sobre os temas da administração municipal. Esse deslocamento pelo território contribuía para ampliar o conhecimento sobre o planejamento orçamentário e sobre os planos setoriais do governo. Um dia era dedicado para visitar todas as regiões, para circular por essas realidades, perceber suas características, confrontar suas diferenças, sentir o cheiro das flores etc. No regimento interno, a caravana tinha os objetivos de:

- Conhecer as realidades locais e auxiliar o Corpo na escolha das prioridades eleitas nas Plenárias Regionais Deliberativas visando ao Plano de Investimento;
- Contribuir para o intercâmbio das realidades regionais e a realidade do Município;
- Constituir o Corpo promovendo integração de conselheiros.

Destacamos ainda quatro pontos percebidos nas três edições do Regimento Interno do OP. O Corpo 2007 criou o Comitê de Acompanhamento da Execução do Plano de Investimento. Esse item é observado no regimento interno vigente em 2008. Sempre que era empossado um Corpo, o anterior passa à condição de COMITÊ, que tem por objetivo acompanhar a execução do Plano de Investimento e fiscalizar a execução das ações nele

20 No ciclo 2007, o Corpo alterou sua composição. Com a realização da Plenária Deliberativa de Juventude em 2008, o número de conselheiros eleitos passou a 13 eleitos em Plenárias e 13 eleitos na Assembleia Geral de Representantes.

definidas.

O segundo ponto é o fato de que esteve vedado aos ocupantes de cargos eletivos e aos ocupantes de cargo de livre provimento na Prefeitura ou na Câmara Municipal o direito de votar e ser votado na fase externa do Orçamento Participativo.

O terceiro ponto é a inclusão de uma prioridade para a cidade. No ciclo 2008, as plenárias regionais deliberativas mantiveram a eleição de três prioridades para a região, como nos ciclos anteriores, e deliberaram ainda mais uma prioridade que servisse à cidade como um todo. Percebemos, com a experiência, que essa prioridade impactaria mais as decisões na ordem da política do que na ordem do orçamento municipal.

Por fim, o quarto ponto destacado se refere à realização da plenária temática de juventude. Essa foi uma decisão da Conferência Municipal de Juventude, que depois foi submetida ao conselho do OP e passou a integrar o calendário no ciclo 2008. Essa 13ª Plenária trouxe sangue novo ao Corpo.

O PROCESSO DO PONTO DE VISTA DA PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS

Vamos apresentar alguns elementos educacionais e parte do material didático num esforço de descrever o processo do ponto de vista da participação das pessoas. Para tanto, utilizamos os artigos publicados na imprensa local (e regional, já citados) compreendidos como um modo eficaz de divulgar todas as informações sobre o processo vivido, e também como registro de campo no calor dos acontecimentos.

Antes, contudo, destacamos dois episódios importantes no processo que levou à experiência do Orçamento Participativo em Suzano. O 1º seminário de participação popular e o PPA Participativo.

1º SEMINÁRIO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Uma das primeiras atividades realizadas logo no início do governo municipal foi o Seminário “Semeando Participação Popular, Reinventando a Democracia”. Uma pequena publicação, uma espécie de livreto, registra o conteúdo das falas dos convidados e o debate com a equipe de governo. Os objetivos do seminário foram assim descritos:

- Pensar a participação popular como eixo de governo;
- Qualificar o debate sobre participação popular na equipe de governo;
- Construir o conceito de participação popular;
- Levantar subsídios para pensar as ações nesse eixo;
- Cumprir o estabelecido no plano de governo.

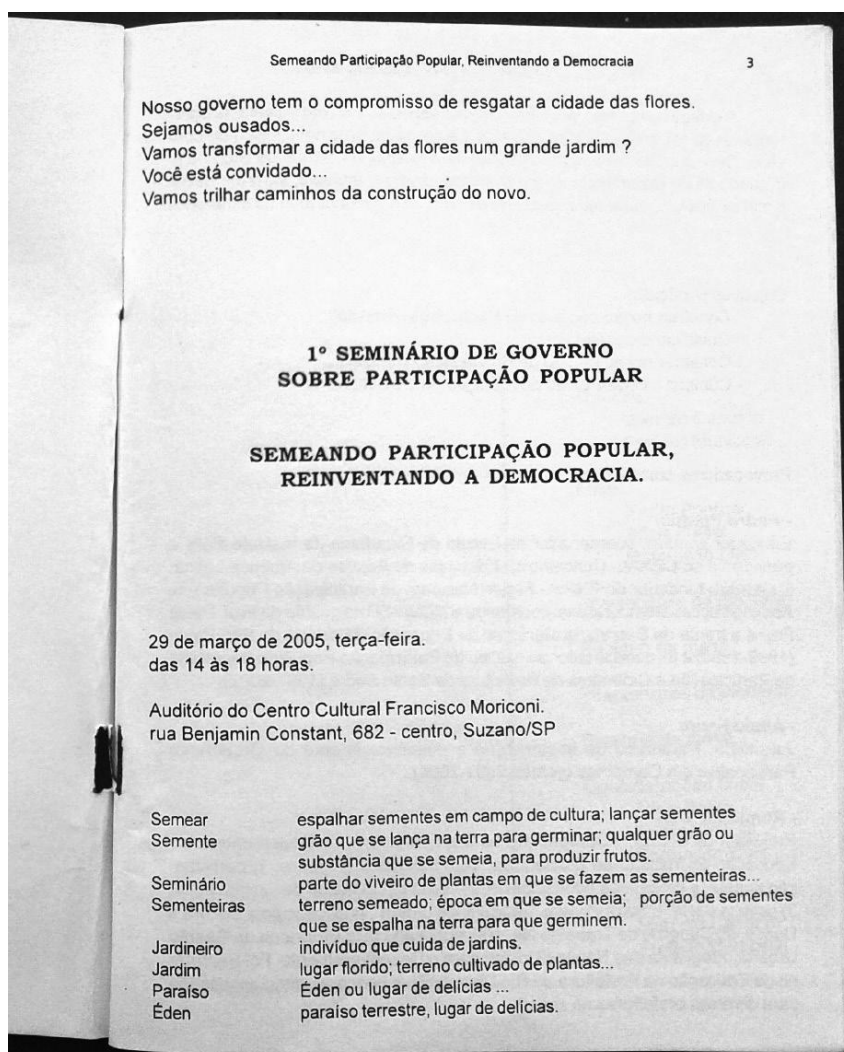
Nós procurávamos aglutinar um coletivo mais nuclear, que, por adesão, assumisse a responsabilidade com a implementação do Orçamento Participativo e que, nessa ação coletiva acontecessem estudos, formulações, pesquisas enfim, fosse nascendo um trabalho singular. Essa singularidade desejada poderia, pensávamos à época, escapar das fórmulas prontas, manuais de implementação ou contratação de especialistas. Exemplares do livreto foram distribuídos e, conforme observamos na Figura 2, o material carregava um convite para “transformar a cidade das flores num grande jardim”²¹ e brincava com a abreviação de participação popular, convidando para ‘bater um papo’ sobre o desafio de colocá-la como eixo de governo. Algumas canções populares também foram aparecendo na moralidade de convite para participação, passaram a integrar o caderno, junto com a transcrição das falas recolhidas em encontros coletivos.

Ainda sobre a questão do jardim, um rápido parêntese. Encontramos em Yi-Fu Tuan elementos que nos provocaram pensamentos nessa relação cidade e jardim. Se no momento da experiência no campo empírico o pensamento provocado por Rubem Alves nos dava um terreno firme para nosso trânsito e nossa ação, no momento de leituras e escrita desta obra, o livro Topofilia, em particular o capítulo “Do cosmo à paisagem” alarga os limites desse terreno e, com ele, nosso pensamento ganha outros sentidos. Novas perguntas nos ocorrem: convidávamos para fazer da cidade um jardim paisagístico? Seria o jardim isométrico? O que podemos perceber desse convite presente no 1º Seminário como uma espécie de intuição, e suas ressignificações neste tempo presente? Por que esse detalhe nos chamou tanto a atenção? Por que atraiu o nosso olhar nesse momento em que nos debruçamos sobre a experiência no esforço de construção de uma análise sobre ela? Nós voltaremos a abordar esse tema no terceiro capítulo.

21 No sentido de constituir um chão comum para o trânsito do pensamento coletivo, adotamos a prática de colocar alguns textos em circulação. Essa ideia de transformar a cidade das flores num jardim se apoiava no texto Sobre Política e Jardinagem de Rubem Alves. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1905200009.htm>>. Acesso em: 13/março/2026

Vamos enfatizar essa observação sobre esse tema que poderia ser considerado apenas como um detalhe. Em nossas preocupações com a reinvenção de uma metodologia de participação, essa abordagem atenta aos elementos de cultura faz toda a diferença. Estamos atentos ao fato de que tanto o território quanto a cultura participam da determinação de uma modalidade de participação política. Insistimos sobre a importância de conhecermos bem essas condições relacionadas com os elementos que nos determinam para fazermos delas uma situação. O deslocamento de uma determinação para uma situação nos auxilia na eficácia de uma ação suficientemente forte para a reinvenção de modos de habitar a cidade.

Figura 2 – Registro do 1º Seminário



FONTE: Publicação da Prefeitura de Suzano/SP. Material distribuído internamente.

Logo na abertura dos trabalhos registrado na publicação citada anteriormente, disse o prefeito municipal que:

O orçamento participativo criou um marco de relações institucionais entre o poder público e a população [...]. Mas OP não é receita pronta que se reproduz infinitamente nos municípios. Há várias experiências e diferenças de formato, de método e de concepção. Temos também o compromisso em nosso programa de governo com outras formas de participação como as conferências e outros mecanismos de participação direta [...]. Então o nosso desafio está em criar métodos, condições e modelos [...]. Quero destacar aqui a importância desse seminário como uma forma de criarmos o nosso método, definirmos juntos que participação popular nós queremos, que modelo nós defendemos [...]. Está presente o desejo de criar uma experiência singular partindo das características presentes na realidade da cidade e do governo.

Ainda sobre o seminário, destacamos dois aspectos que nos parecem marcantes no OP. O primeiro aspecto se refere à expressão “um jeito artista de participar”. Ao contrário de aplicar integralmente os receituários disponíveis nos manuais, essa ideia aparecia como um convite para viver uma experiência inédita, a possibilidade de ação dos sujeitos com o corpo implicado e produzindo os sentidos no ato de fazer. Talvez compreendêssemos, já naquele momento e à nossa maneira, a existência de um espaço entre os monumentos típicos do Estado e os movimentos típicos das comunidades. O fato de podermos habitar esse espaço fronteiriço significava um conhecimento e uma habilidade construída no movimento de criação.

O segundo aspecto traz um tema que nos foi apresentado por Pedro Pontual²² e aparece na expressão “rico no processo e bem-sucedido nos resultados”. Quando Pontual nos falava sobre os resultados, ele chamava a atenção do poder público local (ali reunido) para a necessidade de priorizar de fato a execução das indicações construídas no processo do OP. Quanto à “riqueza no processo”, entendíamos naquela época a importância de sustentar movimentos em coerência com a riqueza no processo. Com o tempo, fomos compreendendo que um processo é tanto mais rico na medida em que sustenta movimentos de criação, de experimentação, de produção de valores e produção de sujeitos. Enfim, esse segundo aspecto demonstra a necessidade de uma boa articulação entre processualidade e materialidade na produção coletiva e individual do valor. Dito de outra maneira, um processo rico pode cair em descrédito se os resultados não se materializam concreta e objetivamente na execução das obras e/ou serviços por parte da Prefeitura. A atenção dedicada a esses

²² Fala de Pedro Pontual durante o seminário e registrado na publicação referente ao 1º Seminário.

temas evidenciava a importância de buscar um bom equilíbrio entre o processo e o resultado.

O PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO – PPA PARTICIPATIVO

Depois do Seminário, a prefeitura promoveu um amplo debate para subsidiar seus técnicos e apoiar os agentes de governo envolvidos com o planejamento orçamentário. Cabe ao poder executivo a iniciativa de redigir o projeto de lei do Plano Plurianual (PPA) sempre no primeiro ano de cada mandato. O PPA é um dos instrumentos do planejamento orçamentário que apresenta as ações do governo nos quatro anos subsequentes. Esse plano se constitui de macro programas que deverão estar articulados com as Leis do Orçamento Anual (LOA) por meio das Leis das Diretrizes Orçamentárias (LDO). A prefeitura organizou três grandes plenárias na cidade, uma em cada distrito. Internamente, organizamo-nos em uma Secretaria Executiva, equipe intersetorial que articulava várias secretarias municipais. Essa discussão pública funcionava como mais um laboratório na experimentação do que viria a ser o orçamento participativo. Nós produzimos um material de divulgação que foi distribuído na forma de convite, e material didático distribuído durante as plenárias como apoio aos participantes. A Figura 3 apresenta capa e contracapa de um folheto de divulgação. A parte interna do folheto trazia informações específicas das reuniões, como local, horário, orientações gerais para a participação, contato para agendamento de reuniões preparatórias, acesso a demais informações etc.

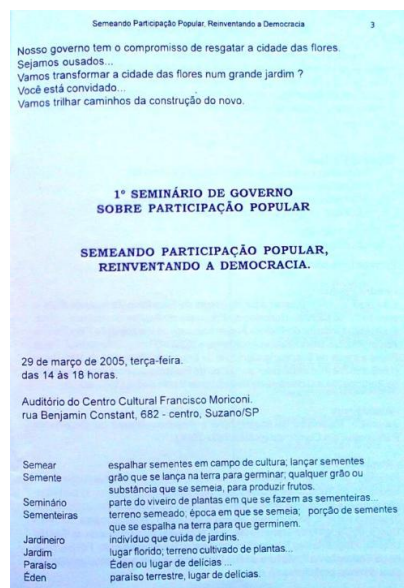
Foram registradas 61 reuniões preparatórias e as três plenárias distritais. No total, 5.619 pessoas se reuniram nesse processo que ficou conhecido como PPA participativo. As plenárias eram organizadas em escolas e a população presente se distribuía em salas de aula, de tal modo que cada grupo pudesse discutir os seguintes temas:

- Educação, cultura, comunicação social;
- Saúde, esporte e lazer;
- Infraestrutura, obras e saneamento;
- Política urbana (erradicação das áreas de risco, habitação e transporte);
- Desenvolvimento econômico (geração de emprego);
- Promoção da cidadania, inclusão social e fundo social;

- Segurança e manutenção da cidade.

A dinâmica desses encontros era muito parecida com a construção do Programa de Governo no ano anterior, já descrita neste capítulo. Os agentes do governo faziam uma apresentação inicial da realidade orçamentária da Prefeitura, da estrutura de pessoal, de equipamentos, frota etc. Em seguida, apresentavam as linhas gerais do planejamento plurianual e o diálogo com a comunidade acontecia. Durante a discussão, acontecia o registro das falas e das propostas. Cada grupo de trabalho apresentava um resumo do seu trabalho com os demais grupos na plenária. A secretaria executiva fez um trabalho de síntese a partir dos registros de cada grupo temático e municiou a área técnica responsável pela elaboração do projeto de lei do PPA. O primeiro material didático específico do Orçamento Participativo distribuído no primeiro semestre de 2006 registrava o processo do PPA Participativo com quadros temáticos sintetizando as reivindicações populares e as ações específicas presentes na lei²³ do PPA.

Figura 3 – Material de divulgação do PPA Participativo



FONTE: Prefeitura de Suzano/SP.

O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Tendo em vista as novidades que aconteciam na cidade, uma empresa de comunicação com sede em Suzano e circulação regional denominado jornal Diário de Suzano

²³ Na data da publicação do caderno, tratava-se de lei.

entrou em entendimentos com a Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura e, a partir de então, ocupamos uma coluna semanal. Essas publicações tinham como objetivo promover o debate sobre o tema da participação popular como eixo de governo com o foco inicial em duas ações específicas. Sobre o Plano Diretor Participativo, Miguel Reis Afonso, então Secretário Municipal de Política Urbana, escrevia e assinava textos quinzenalmente. Sobre o Orçamento Participativo, os artigos quinzenais eram escritos e assinados pelo Assessor para Implementação do OP, Ivan Rubens Dário Jr. Assumimos essa responsabilidade como uma oportunidade de produzir os registros no percurso dos acontecimentos e, ao mesmo tempo, como possibilidade de tornar público e fazer circular nossa experiência coletiva vivida na cidade²⁴. Na edição do dia 27 de maio de 2006 (sábado), nosso primeiro artigo sobre o Orçamento Participativo com o título *Desperta, cidade das flores! Agora o Orçamento é Participativo* começava assim:

Compete ao Executivo propor o projeto de Lei do Orçamento Anual, conhecido como LOA, e encaminhá-lo até o último de setembro de cada ano ao Poder Legislativo. Cabe à Câmara de Vereadores analisá-lo, debatê-lo e propor emendas para aprimorar o projeto e votá-lo, tramitação que tem prazo até o dia 31 de dezembro. Aprovada a Lei do Orçamento Anual, ela vigora do primeiro ao último dia do ano seguinte. Existem também duas peças muito importantes do planejamento que são o Plano Plurianual (PPA) e a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), tudo disciplinado por um rigoroso arcabouço legal das esferas federal, estadual e municipal. Pois, é: Orçamento! A palavra pode parecer um pouco complicada, mas todo mundo sabe do que se trata. Simplificando, é a previsão dos ganhos (estima receita) e definição dos gastos (fixa despesas), quanto a prefeitura espera arrecadar no ano seguinte e como será gasto esse dinheiro que é, em grande medida, fruto dos impostos, taxas, tributos, contribuições, entre outros, pagos por todos nós [...].

O trecho acima demonstra uma característica presente em todos os materiais didáticos produzidos na experiência do OP em Suzano: um esforço de tradução. Estávamos conscientes de que tornar pública uma discussão historicamente restrita a técnicos da prefeitura e agentes dos governos de então configurava algo inédito na cidade. Um sem número de códigos, técnicas, normas e regulamentos disciplinam o planejamento e a execução orçamentária. Era, portanto, fundamental que a linguagem técnica e a linguagem jurídica fossem traduzidas de forma a possibilitar o debate público. Um esforço era feito para desburocratizar a discussão sobre o orçamento da prefeitura na tentativa de devolver a ele sua simplicidade por meio da formulação da seguinte pergunta: se morar na cidade tem um

²⁴ a respeito da coluna e dos artigos/crônicas, ver ANDARILHAGENS URBANAS Orçamento Participativo e Educação Popular em Suzano/SP. Editora Amplamente.

custo, quem paga a conta? O Orçamento Participativo era um meio de deslocar dos gabinetes de administração para o espaço público o debate do orçamento do município.

Alguém me avisou para pisar nesse chão devagarzinho²⁵: nossas vivências anteriores indicavam a prudência em pisar devagar e cuidadosamente, davam-nos pistas e nos ajudavam a perceber o chão e seu relevo para cada passo novo. Aliás, tudo era muito novo inclusive para nós. Desde sempre a generosidade popular nos tranquilizava. O povo se mostrava muito generoso. Nós percebíamos nas falas, nos encontros, nos vínculos estabelecidos que o desespero inicial rapidamente se transformava em esperança com uma cidade melhor na medida em que o trabalho coletivo acontecia. Pouco a pouco, um sentimento de entusiasmo e animação estava presente nos encontros e nos ajudava a sustentar um clima favorável para o debate e o entendimento, a produzir um ambiente afetivo no sentido de favorecer todo aquele trabalho. O afeto fortalecia em nossa equipe a convicção de que as pessoas mostravam sentimentos pelo seu lugar. Nossa certeza na caminhada se construía nas incertezas do caminho. Acreditávamos nas pessoas e acreditávamos, portanto, no processo de construção coletiva da cidade. O nosso convite para pensar a cidade pretendia atingir a todos os seus moradores. A elaboração da Lei do Orçamento Anual exigia o domínio de um saber sobre as receitas e a habilidade para escolher prioridades para as despesas de forma a construir um projeto coletivo de cidade: assim, todos os participantes se sentiam sendo “operários em construção”.

As regiões do OP receberam nomes de flor. A escolha das flores partiu de uma rápida pesquisa realizada com antigos moradores da cidade que nos informaram sobre a localização dos sítios e sobre as espécies produzidas em tempos idos. Também levamos em consideração a população, as distâncias, características dos lugares, da cultura, peculiaridades da circulação no território. A sensibilidade de nossa equipe também pesou muito nesse processo de organização da regionalização/territorialização do OP. Na Tabela 2, podemos observar as 12 regiões e as respectivas flores, a escola que sediava cada plenária e o conjunto de bairros e loteamentos.

²⁵ Referência ao samba *Alguém me avisou*, de Ivone Lara.

Figura 4 – Flores para Suzano, a cidade das flores



FONTE: Arquivo pessoal.

Tabela 2 – Organização da cidade em regiões para o OP

	Região	Local da Plenária	Bairros que correspondem à região
1	CRISÂNTEMO	Emef Profª Terezi- nha P.L. Muzzel	Jardim Graziela, Jardim Santa Inês, Jardim São Bernardino, Jardim São José, Veraneio Juruá.
2	BEGÔNIA	Emef Augustinha R. Maida Molteni	Jardim Bela Vista, Jardim Belém, Jardim Lazzareschi, Jardim Leymar, Jardim Maitê, Jardim Maneira, Jardim Miriam, Jardim Natal, Jardim Nazaré, Jardim Portugalá, Vila Monte Sion, Vila Santana.
3	HORTÊNSIA	Emef Abraão Salomão Domingues	Chácara Ceres, Chácara Primavera, Jardim do Bosque, Jardim Leblon, Jardim Pompéia, Jardim Residencial Nova América, Pq Alvorada, Pq Umuarama, Pq Vienense, Tabamarajoara, Veraneio Suzano, Vila Helena e Vila Suzano.
4	BROMÉLIA	Emef Odário Ferreira da Silva	Chácara Boa Vista, Chácara Duchen, Chácara Ouro Verde, Chácara N. Sra. Aparecida II e III, Chácara São Judas Tadeu, Chácara Virgínia, Condomínio Alta Vista, Condomínio Clube dos Oficiais, Estância Angelina, Estância dos Pinherais, Estância Piratininga, Estância Tijuco Preto, Jardim Alto do Boa Vista, Jardim Amazonas, Jardim Ana Rosa, Jardim Brasil, Jardim Brasil II, Jardim Belém, Jardim Dora, Jardim dos Eucaliptos, Jardim Esperança, Jardim Etan, Jardim Guatambú, Jardim Itamaracá, Jardim do Lago, Jardim Maria Emilia, Jardim Mimoso, Jardim Nova Ipelândia, Jardim Novo Horizonte, Jardim Palmeiras, Jardim Regina, Jardim Santa Rita de Cássia, Jardim Santa Maria, Jardim São Luiz, Jardim São Marcos, Jardim São Paulo, Pq Astúrias, Pq do Heroísmo, Pq Ouro Fino, Recanto São José, Recreio Bela Vista, Recreio Internacional, Recreio Ouro Fino, Recreio das Palmas, Recreio Rio Bonito, Recreio Santa Rita, Vale da Serra, Vila Ipelândia, Vila Real Palmeiras, Vila Real Santista, Vila Rica, Vila São Pedro, Vila Voegels.
5	CRAVO	Emef Profª Célia Pereira de Lima	Jardim Aeródromo Internacional, Jardim Cacique, Jardim Lincoln, Jardim Luella, Jardim Residencial Suzano, Jardim Santa Lucia, Vila Amorim, Vila Colorado, Vila Mazza, Vila Nova Amorim, Vila Urupês.
6	LÍRIO	Emef Orlando Digênova	Cidade Boa Vista (zona Ribeirão, zona Itapeti, zona Jaguarí, zona Planalto), Cidade Miguel Badra Alto (gleba 1), Cidade Miguel Badra Baixo (glebas 2 a 7), Jardim Carmem, Jardim Fernandes, Jardim Francisco Cardoso, Sesc.
7	SÁLVA	Emef Luiz Romanato	Jardim Maria Helenice, Pq Maria Helena, Vila Maluf.
8	ORQUÍDEA	Emef Profª Neyde Pião Vidal	Chácara Bonanza, Chácara Casemiro, Chácara Fukui, Chácaras das Hortênsias, Chácara Monte Carlo, Chácara Nossa Senhora Aparecida I, Chácara São Carlos, Condomínio das Palmas, Estância Americana, Estância São Luiz, Jardim Ikeda, Jardim das Lavras, Jardim das Lavras II, Jardim das Lavras Mirim, Jardim Lígia, Jardim Planalto, Jardim Petrópolis, Jardim Restinga, Jardim Silvestre, Jardim Três Américas, Núcleo Baruel, Pq Buenos Aires, Pq das Cerejeiras, Pq das Lavras, Pq Mirim, Pq Palmeiras, Pq Residencial Samambaia, Recanto Feliz, Recanto Maria de Jesus, Região do Caulin, Rincão das Lendas, Sítio Santa Gema, Sítio dos Moraes, Vila Fátima, Vila Júlia, Vila Nova das Lavras, Vila Varpa.
9	MARGARIDA	EMEF Antônio Marques Figueira (2006). EE Zeikichi Fukuoka (2007-2008)	Centro, Chácara Faggion, Chácara Nova Suzano, Chácara Reunidas Guaió, Cidade Edson, Estância Paulista, Fazenda Aya, Jardim Altos de Suzano, Jardim Ana Rosa, Jardim Anzai, Jardim Campestre, Jardim Carlos Cooper, Jardim das Flores, Jardim Guaió, Jardim Janina, Jardim Japão, Jardim Josué, Jardim Marcato, Jardim Modelo, Jardim Paulista, Jardim Realce, Jardim Riviera, Jardim Santa Helena, Jardim Santo Antonio, Jardim Santos, Jardim São Bento, Jardim São Luiz, Jardim Sol Nascente, Jardim Suzano, Jardim Vitória, Meu Cantinho, Pq Ana Rosa, Pq do Colégio, Sítio São José, Vila Adelina, Vila Ana Rosa, Vila Bela Vista, Vila IV Centenário, Vila Costa, Vila Ipiranga, Vila Figueira, Vila Mifune, Vila Morrone, Vila Suely.
10	JASMIM	Emef Profª Mércia A. A. de Brito	Chácara Casa Branca, Jardim Casa Branca, Jardim Caxangá, Jardim da Saúde, Pq Residencial Casa Branca, Ramal São José, Sete Cruzes, Sítio dos Moreiras, Vila Barros.
11	GIRASSOL	Emef CAIC de Suzano	Cidade Cruzeiro do Sul, Conjunto Residencial Iraí, Jardim dos Ipês, Jardim Imperador, Jardim Márcia I, Jardim Monte Cristo, Jardim Nena, Jardim Quaresmeira, Jardim Suzanópolis, Pq Suzano, Vila Maria de Maggi.
12	ROSA	Emef José Celestino Sanches	Chácara Méa, Chácara Meu Sossego, Chácara Recreio Sertãozinho, Jardim Alterópolis, Jardim Carla, Jardim Dona Benta, Jardim Europa, Jardim Gardênia Azul (gleba I), Jardim Margareth, Jardim Revista, Jardim Varan, Vila Beatriz, Vila Célia, Vila Laura.

Fonte: Prefeitura de Suzano.

AS REUNIÕES PREPARATÓRIAS

Alguns trabalhos específicos na mobilização para as Plenárias foram realizados na forma de reuniões preparatórias. As salas de Educação de Jovens e Adultos na rede municipal de ensino ganharam centralidade nesse momento. Em uma dessas oportunidades, registramos o seguinte depoimento: “Se a minha rua tem asfalto e esgoto, as outras têm que ter também” (Maria dos Reis Fagundes, moradora da Vila Feliz e aluna da EJA, 2006).

Outra ação estava ligada ao programa saúde da família – PSF. Conversávamos com as equipes e estas nos ajudavam na divulgação e mobilização durante as visitas domiciliares. Numa dessas oportunidades, ouvimos: “O OP vai mostrar à população a situação orçamentária do município e privilegiar o que a população deseja” (Célia Cristina, 2006). Célia Bortoletto, como era conhecida, uma entusiasta da participação popular, foi nomeada secretária municipal de saúde e permaneceu no cargo por seis anos. Durante esse período, todas as unidades de saúde passaram a contar com conselhos gestores de unidade de saúde e o conselho municipal de saúde atuava com muita animação.

Outro foco de nossa ação na fase externa estava nos conselhos gestores locais. Visitávamos todos os conselhos de escola e os conselhos gestores de unidade de saúde. “O OP é parecido com o orçamento de nossa casa. Mas, como é dinheiro público tem que ter mais cuidado” (Waldineide Cavalcanti Silva, moradora do Jardim Cacique e conselheira de escola).

Com o OP vai ficando mais transparente a administração, porque há um livre arbítrio para a população decidir. (Wladimir de La Torre, conselheiro do antigo Núcleo de Educação Especial – NEESP).

Tantas outras reuniões aconteciam a convite de associações de moradores, igrejas, partidos, vereadores, apoiadores, conselheiros etc.

AS PLENÁRIAS REGIONAIS DELIBERATIVAS

As Plenárias eram grandes encontros onde a população acessava informações, discutia seus problemas e propunha soluções²⁶, elegia representantes para acompanhar a sequência dos trabalhos. As plenárias compunham a fase externa do OP com ações abertas,

26 Evidentemente, as falas não estavam necessariamente organizadas conforme descrito aqui. Um primeiro momento caracterizado por angústias, amarguras, descontentamentos. Uma espécie de grito de dor e sofrimento. Com a acolhida do grito, as falas, as escutas e os pensamentos iam agenciando o fluxo do grupo. As linhas se entrelaçavam e o grupo tecia.

públicas, de convite universal em ampla divulgação²⁷, onde a participação se dava diretamente. O direito à voz e voto não era apenas uma norma. Na intensidade das falas e da participação, percebíamos o fazer coletivo nesses encontros organizados de forma a tratar de temas mais gerais num espaço pleno, geralmente no pátio coberto da escola e, principalmente, nas salas de aula organizadas para Grupos de Trabalho, um debate mais concentrado. As propostas (ainda denominadas como “demandas da população”) que vinham dos Grupos de Trabalho, junto com os nomes das pessoas escolhidas para as candidaturas ao conselho, eram apresentadas em um telão visível para toda plenária, e em seguida, eram submetidas à votação. A escolha dos representantes do GT acontecia com animação. Candidato eleito ou candidata eleita, três prioridades eleitas, juntam-se ao Corpo.

POR UM JEITO ARTISTA DE PARTICIPAR

Milhares de mãos atuaram nessa obra. Vamos transcrever alguns depoimentos recolhidos durante as plenárias regionais. A 1ª Plenária do OP aconteceu às 14 horas do dia 06 de maio de 2006 (sábado) na EMEF Prof.^a Terezinha P. Lima Muzzel e foi assim descrita por um participante:

Apesar de fria pelo tempo e pelo vento que soprava, era uma linda tarde de sol quando os moradores da região crisântemo começavam a se aproximar. Era lindo o olhar daquelas pessoas que, apesar de marcadas por tantos problemas vividos naquela região, vislumbram uma esperança de pela primeira vez decidir como será gasto o dinheiro público e, principalmente, saber que não se encontrava ali apenas para ouvir as decisões do governo, mas como ator da decisão, com poder deliberativo e com a liberdade de apresentar e defender suas propostas.²⁸

Logo na entrada da escola ficavam as mesas de credenciamento. Funcionários da prefeitura e apoiadores do OP recebiam a população com as boas-vindas e orientavam às

²⁷ A política de comunicação social no OP previa: colocação de faixas nos pontos de grande circulação, cartazes, convites, publicação no jornal quinzenal próprio da Prefeitura – Suzano Agora, circulação de carro de som na cidade (neste último item aconteceram muitas experimentações), eventos oficiais com a presença do Prefeito e cobertura da imprensa local e regional.

²⁸ Anotações de Antônio Agostinho da Silva.

mesas de credenciamento. No ato do credenciamento, preenchíamos as fichas de identificação dos participantes, oportunidade para conferir se o endereço declarado estava coerente com os bairros componentes da respectiva região. Ainda distribuíamos os crachás com as credenciais para participação e votação, e o material didático em pastas com elástico identificadas com a logomarca do OP de Suzano. Em seguida, cada participante se dirigia ao pátio da escola onde estavam organizadas as cadeiras de frente para um palco onde os trabalhos eram coordenados. O espaço era ambientado, ilustrado com cartazes referentes aos assuntos em discussão, com informações relevantes sobre a organização dos tempos na plenária e sobre o orçamento municipal. O palco estava sempre decorado com a flor que denominava a região.

Nesse momento inicial, ficavam bem-marcadas as composições preestabelecidas para participação nas Plenárias, os grupos organizados se mostravam. O Sr. José nos contou sobre a articulação da sociedade amigos de bairro: “Estamos unidos por meio de entidades dos três bairros, discutindo melhorias comuns para todos nós e acho que assim conseguiremos uma vitória” (José Pereira da Silva, carpinteiro aposentado, morador da Vila Maluf).

Fotos 1 e 2 – Material informativo distribuído e utilizado nas plenárias regionais. Moradores da região observando o material de apoio antes do início da plenária.



FONTE: Arquivo pessoal.

As plenárias iniciavam com a “Rádio²⁹ OP”. Seis jovens atores iniciavam os trabalhos apresentando “tradução” de canções conhecidas, a radionovela “Algemas da Paixão” e os “Recadinhos do Coração”. Improvisando, os atores interagiam com a plenária. A professora Érika, quando perguntada por um dos atores no papel de repórter da rádio sobre o

29 A chegada da população determinava o início da apresentação. A Rádio OP funcionava como aquecimento, além de informar sobre a metodologia dos trabalhos, a organização, os tempos etc. Também falava sobre a prefeitura e o orçamento. Tudo de uma forma descontraída, com brincadeiras e bom humor no sentido de criar um clima favorável ao encontro.

procedimento de escolha durante uma plenária em 2006, respondeu:

Por votação. Serão elencadas algumas hipóteses de gastos, as pessoas vão falar a opinião delas, e depois acontece uma votação para definir as prioridades. (Erika, professora da rede pública, 2006).

Bem-humorado, o “momento OP” trazia informações que subsidiavam a discussão posterior. A partir do ciclo 2007, incluímos um momento de prestação de contas em relação às prioridades eleitas no ciclo anterior, coerente com as reuniões específicas nos bairros denominadas “Em que pé que tá?”.

Inspirados no teatro do oprimido de Augusto Boal, os atores vinculados à Secretaria Municipal de Cultura quebravam a timidez inicial. Com o credenciamento concluído e a população ocupando as cadeiras e, por assim dizer, aquecida, a secretaria executiva do Corpo assumia a coordenação dos trabalhos. A presença do prefeito sobre o palco trazia naturalmente a formalidade típica do Estado. Esse equilíbrio entre formalidade e informalidade, entre as ações típicas do Estado e a experimentação de outras possibilidades do fazer político, não eram muito tranquilas. A fala do prefeito trazia muitas informações sobre a Prefeitura em termos de sua estrutura, seus limites e possibilidades. Trazia também parte dos planos da Prefeitura para aquela região, dos projetos, dos recursos, do orçamento etc. Durante a primeira plenária do ciclo 2007 realizada na EMEF Prof.^a Terezinha O. Lima Müzzel, sede da região Crisântemo, disse o prefeito Marcelo Candido:

Sem a participação efetiva da população na tomada das decisões, muitas vezes o administrador público acaba levando a prioridade a um ponto que não é necessariamente ao ponto que a população deseja. Então por isso o orçamento participativo é fundamental. E também porque ele permite a todos nós um forte aprendizado sobre como funciona a administração pública.[...] Mas tem que aprovar lá no conselho. Depois de aprovado, é compromisso. E compromisso assumido é compromisso cumprido.³⁰

Nessa interação, registramos uma conversa em que Sr. José se dirigiu ao prefeito. Reproduzimos um trecho:

E ele [o prefeito] fica sabendo mesmo o que a gente está querendo. Porque na verdade o prefeito está lá e o pessoal está aqui, muitas coisas não chegam até ele. (José Antônio, morador do jardim São José, 2006).

O encontro na grande plenária de abertura dos trabalhos exigia sistema de som e alguma formalidade. O mergulho acontecia em seguida nos Grupos de Trabalho. Encerrada a exposição do prefeito, sob orientação da secretaria executiva do OP, o público presente se

³⁰ Marcelo Candido, prefeito de Suzano, em 17/04/2007. Transcrito de vídeo institucional. Disponível em: <<https://opsuzano.blogspot.com/p/publicacoes-oficiais-do-op-suzano.html>> Acesso em: 13/março/2026.

encaminhava para as salas de aula onde os grupos de trabalho debatiam os temas relativos à região e, mais do que isso, apresentavam suas propostas. Iniciava-se o movimento da criação quando os atores se misturavam. Não havia mais distinção entre os atores caracterizados na Rádio OP e os demais presentes. Todos os presentes na plenária atuavam empenhados na transformação da cidade. As paisagens apareciam em meio a um movimento de pensamentos, opiniões, perguntas, dúvidas. Deste modo outras cidades e tantas cidades invisíveis emitiam sinais para os olhos e ouvidos atentos em meio a discussões intensas.

O critério para composição dos grupos de trabalho era misturar o máximo possível como forma de promover novos encontros entre os moradores dos bairros da região. Para tanto, os crachás eram anteriormente marcados com cores diferentes. As salas de aula estavam identificadas de forma a associar com a cor indicada em cada crachá. A população, por sua vez, criava também seus próprios critérios para ocupação das salas. Nossa equipe argumentava na tentativa de convencer em favor da mistura, e respeitávamos outras decisões. Nós percebemos que, para haver encontro com a diferença, com o outro, era necessário estimular uma abertura e disposição. Diante de alguns sinais de fechamento e indisposição, nós também aprendemos a ser mais compreensíveis.

O interior das salas de aula também estava decorado, tornando visíveis as informações sobre o orçamento público. Na lousa estavam os desafios lançados ao GT, a organização e o tempo dedicado aos trabalhos. Dentro da sala, três pessoas vinculadas à secretaria executiva do OP e conselheiros organizavam e coordenavam os trabalhos da seguinte forma:

Mediador: uma pessoa ocupada em dar fluidez às falas, encaminhar as escolhas do grupo dentro do tempo de uma hora. Durante nossa coordenação, conversávamos muito com os companheiros que se dispunham a assumir esse papel. Uma boa mediação era aquela que habitava um espaço de “entre” no sentido de dar passagem aos atravessamentos, aos tantos pontos de vista presentes na sala. Uma boa mediação nos parecia ser aquela que cuidava do movimento no sentido de deixar fluir. O oposto disso também acontecia. Quando alguns mediadores de gt adotavam posições firmes, não conseguindo sair de um determinado lado, os resultados eram perceptíveis. Uma boa mediação se mostrava mais eficiente na construção da adesão entre as pessoas do grupo.

Relatoria: uma pessoa da secretaria executiva do op convidava um participante do grupo e, em dupla, concentravam-se em registrar as falas, o movimento e as decisões do

grupo. Algumas fichas eram preenchidas para facilitar esse trabalho e, organizadamente, alimentavam o telão onde eram projetados os dados necessários para o momento da votação na plenária final.

Apoio: uma pessoa cuidava das demais necessidades de forma a não atrasar ou paralisar o movimento do GT, indo, por exemplo, ao encontro de apoio e informações fora da sala de aula quando necessário.

As equipes das secretarias municipais e os respectivos secretários participavam das plenárias. Essa presença física também trazia qualidade às conversas, aos debates e, inclusive, às votações. Era o caso, por exemplo, de demandas na competência de outras instâncias do poder executivo quando eram reivindicadas à prefeitura. Não raro, questões de segurança pública, transporte metropolitano, atendimentos na área da saúde considerados de alta complexidade, rodovias estaduais, abastecimento de água servida, esgotamento sanitário apareciam em forma de demandas. Por serem questões reais no cotidiano urbano, mereciam algum tratamento mesmo não estando no conjunto das competências da municipalidade. Essas situações colocavam diante de nossa equipe a oportunidade de explicar o pacto federativo, os arranjos administrativos, a diferença entre os três poderes da república brasileira e as três esferas de governo, de forma didática e educativa. Como se a máquina estivesse aberta e pudéssemos mostrar as partes, os parafusos, as dobras e conversar sobre seus encaixes e desencaixes. Nesse momento apareciam entendimentos e, mais do que isso, a população ia percebendo que tudo aquilo pertencia a ela, tocava nela, tinha tudo a ver com o sujeito individual e coletivo. Percebíamos que as distâncias diminuía na medida dos encontros e conversas.

Havia evasão também. Algumas pessoas participavam do GT até onde era possível. Algumas saíam da sala, outras assumiam uma postura oposicionista. Algumas não conseguiam acompanhar o fluxo do grupo, outros não respeitavam o fluxo. Havia aqueles que se esforçavam em “roubar a cena”, como diziam os críticos a comportamentos desse tipo. Alguns se deixavam seduzir pelo brilho dos holofotes. Enfim, havia de tudo um pouco, inclusive aqueles que ficavam pulando de sala em sala, pedindo a palavra e repetindo um mesmo discurso.

Cerca de 40 minutos eram dedicados aos diálogos gerais e, a partir disso, o foco estava mais nas decisões. Os registros do diálogo todo ficavam organizados em duas listas: demandas de manutenção e demandas do OP. Considerávamos demandas de manutenção

tudo aquilo que poderia ser encaminhado para os setores, da prefeitura ou não, em forma de solicitação da população por serviços mais da rotina do atendimento público. A segunda lista, a lista de demandas do OP, ficava exposta na lousa na forma de proposta construída nas falas e nos acordos no grupo. Submetidas à votação livre e direta, as três propostas priorizadas seguiam para a votação na plenária final. O grupo poderia escolher três representantes para compor a assembleia do OP e as pessoas interessadas em participar do Conselho do OP registravam as suas candidaturas.

Foto 3 – Grupo de trabalho. Creuza dos Santos, representante da secretaria municipal de saúde, em pé, na mediação do grupo. Juarez Braga, representante da secretaria municipal de educação, na relatoria



FONTE: Arquivo pessoal.

Tudo o que dissemos sobre os GT's não acontecia assim de uma forma tão linear. Aqui, trata-se de um esforço de síntese. Evidentemente, os fluxos se cruzavam e nosso papel era de fazer uma espécie de colchão para amortecer os impactos e garantir a fluidez e o movimento. Um intenso movimento de corpos e pensamentos estava presente em uma plenária com o envolvimento de 300 pessoas, 10 grupos de trabalho, cerca de 50 crianças e jovens circulando, um fluxo que intercalava momentos de trânsito pelo chão da escola física com momentos de corredores praticamente vazios quando o calor das discussões estava acontecendo dentro das salas de aula. Mantínhamos uma mesa com café, chá, bolachas, água à disposição nesse momento de transição dos GT's para a plenária final. Além de garantir mais integração, as novas amizades se vinculavam mais um pouco agora em conversas mais pessoais, as tensões da sala se dissipavam e um clima para a votação final ia se instalando. Nós percebíamos a importância das conversas que se davam ao pé do ouvido, durante os

cochichos, durante o encontro corpo a corpo. Esse momento era importante para as articulações políticas visando às decisões que se seguiriam na plenária final. A nossa equipe estava atenta e registrava essas conversas no sentido de tentar cartografar os sinais dos afetos. Alguns registros:

Mesmo que a minha proposta não seja eleita esse ano, ela pode vir a ser eleita no ano que vem. O que vier é para a população.³¹

A gente fica bem a par de tudo o que está acontecendo e do que está faltando.³²

Na plenária final, as três demandas de cada grupo de trabalho ficavam expostas em um telão sobre o palco. Ao microfone e também sobre o palco, uma pessoa³³ conduzia o processo de votação. No diálogo com a plenária, as demandas parecidas eram fundidas. Dúvidas poderiam ser sanadas com o auxílio dos representantes dos GT's e dos agentes de governo. O processo de votação era bem simples: cada demanda era submetida à votação por meio dos crachás erguidos. Uma equipe de apuradores se apresentava para computar os votos na plenária. Ao toque do apurador e contando em voz alta, o votante abaixava o crachá. O apurador informava em voz alta ao coordenador do processo de votação e os votos eram lançados pelo operador do computador e projetados no telão. As três demandas mais votadas ganhavam o caráter de prioridade da região e seguiam para os estudos e análises do Corpo.

Foto 4 – Votação final durante uma Plenária Regional Deliberativa. Detalhe para os crachás, instrumento de votação, e mãos erguidas num gesto de aprovação. Euforia, alegria e expectativa.



FONTE: Arquivo Pessoal.

31 Elaine Cristina Braz, moradora da Chácara Sete Cruzes, 2006. Transcrito de vídeo institucional disponível em <<https://opsuzano.blogspot.com/p/publicacoes-oficiais-do-op-suzano.html>> Acesso em: 13/março/2026.

32 Tereza Carneiro Cavalcanti, moradora do Parque Alvorada, 2006. Transcrito de vídeo institucional disponível em <<https://opsuzano.blogspot.com/p/publicacoes-oficiais-do-op-suzano.html>> Acesso em: 13/março/2026.

33 Não havia uma regra para escolha da pessoa que conduziria a votação final. Muita gente experimentou essa função fundamental para o êxito da plenária. Nessa experimentação, alguns se mostravam mais dispostos, outros mais desenvoltos. Alguns imprimiam um jeito mais tímido, outros mais firmes. As pessoas iam se oferecendo e, na medida da experimentação, o próprio grupo foi percebendo que as plenárias nunca eram iguais, e os diferentes perfis se mostravam mais adequados para enfrentar essa ou aquela situação, para condução da votação com essas ou aquelas características.

Em seguida, todos os candidatos ao Conselho subiam ao palco para escolha de um titular e um suplente. A votação repetia a metodologia já experimentada. O Coordenador da plenária final solicitava ajuda da plenária no controle dos três minutos disponíveis para apresentação e, imediatamente, passava o microfone para os candidatos um a um. No geral, os candidatos diziam o nome, o bairro, há quanto tempo moravam ali e por que estavam se colocando à disposição da região para representar seus interesses junto ao Corpo. Eram falas interessantes, algumas tímidas, outras desinibidas.

Foto 5 – Eleição do conselheiro da região. À esquerda, o professor Júlio Mariano, representante da secretaria municipal de educação, combinando o processo de votação. Sobre o palco, os candidatos ao corpo.



FONTE: Arquivo pessoal, 2006.

Em 2006, nós conhecemos um jovem, o Edvaldo, numa reunião preparatória. Ele acompanhava um vereador que organizou uma reunião com cerca de 20 pessoas para conversar sobre o OP e mobilizar para a Plenária que aconteceria na semana seguinte. Conversávamos descontraidamente, as falas fluíam, exceto para Edvaldo que tentava, vez por outra, tomar a palavra. Percebendo o movimento, dirigimos a ele uma pergunta qualquer. Os olhares se voltaram para ele e um silêncio se estabeleceu em sua atenção. Edvaldo se engasgou, gaguejou, tentou falar com dificuldade, seu rosto foi corando mais e mais. Falou coisas bem confusas (do nosso ponto de vista). Apesar desse episódio, ele compareceu à plenária. No ciclo 2007, lá estava Edvaldo participando com alguma desenvoltura. Ele

conquistou assento no Corpo e trabalhou intensamente conosco. Ele era um rapaz alto, de meia idade, pernambucano e morador da região Orquídea. Ele foi um dos conselheiros mais interessantes com quem convivemos em Suzano. Ele atuou também no Conselho Gestor da Unidade de Saúde da sua região, foi conselheiro municipal de Saúde com atuação destacada. Interessado ainda pelo tema da educação, continuou atuando politicamente como aguerrido fiscalizador do poder público e criativo inventor de possibilidades em política pública e ações locais. Nós nos encontramos com ele em um dia desses na rua quando ele disse ter retomado os seus estudos.

Alguns depoimentos que nós conseguimos registrar durante as plenárias regionais deliberativas nos ajudam a compor uma paisagem do movimento dos sentidos. Dona Maria, moradora no Jardim Leblon, comentou ao final da plenária em 2006: “Olha que legal gente. Quando chegamos aqui nem conversávamos direito. Agora nos conhecemos e estamos propondo melhorias para o conjunto das pessoas” (Maria, Jardim Leblon, 2006).

Os encontros promovidos no OP eram inéditos, inesperados, surpreendentes. Essa dimensão de acontecimento nos provocava muito. Destacamos na fala da Dona Tereza, moradora do Jardim Umuarama, um sentimento bastante recorrente: “Não importa que eu não tenho filho nem neto. Vou votar na creche porque tem gente que precisa” (Tereza, Jardim Umuarama, 2006). Compreendemos nessas falas que as pessoas estavam fazendo leitura de mundo, percebendo que estar na cidade implica estar com outras pessoas.

Outras dimensões apareciam nas plenárias: tanto os sujeitos como as cidades se produziam no encontro. Os sujeitos interagiam numa ação sobre algo que se materializava como reivindicação de obras e/ou serviços públicos.

Já participei de reuniões de bairro... Mas aqui [na plenária], estamos fazendo as contas e vendo que o dinheiro não vai dar. A gente está sabendo o que está acontecendo na prefeitura.³⁴

Eu vim aqui para melhorar a cidade. É bom esse OP porque estão dando a oportunidade de a gente dizer o que precisa.³⁵

Eu venho porque eu quero melhorias para o meu bairro. Eu quero que pela frente os meus filhos, porque eu penso em casar e ter filhos, eu quero o melhor para eles. Que eles possam ter um lazer, ter uma escola de qualidade...³⁶

Paulo Cesar, um rapaz muito jovem, parece compreender que a cidade é construção coletiva. E que as escolhas para o uso do dinheiro público não são ingênuas. São decisões políticas que implicam escolher uma coisa em detrimento de outras. Esse depoimento do Paulo nos faz pensar nas dimensões do pertencimento e do compromisso: ele pertence à cidade e se compromete com ela por entender que a vida pode melhorar e, para tanto, ele atua nessa direção. Paulo tem um projeto generoso de cidade.

Outro momento importante era o encerramento das plenárias. Nós fazíamos a distribuição entre os presentes daquelas flores que estavam decorando o palco. As mulheres e os homens subiam ao palco para receber as flores e reagiam de formas mais diversas, permitindo perceber sinais de envolvimento afetivo. Esse gesto carinhoso era percebido também pelos presentes que manifestavam com aplausos e gritos.

Fotos 6 e 7 – Flores entregues na Plenária Margarida. Em 2006, o prefeito Marcelo Candido e o estudante Josemar, morador do jardim suzanópolis. E uma moradora com as flores na Plenária Girassol



O prefeito Marcelo Candido e o estudante Josemar, morador do jardim Suzanópolis.



Fonte: arquivo pessoal

Nesse ponto, abrimos um pequeno parêntese para a questão de gênero e os espaços de representação. Observando a Tabela 3 referente ao ciclo de 2006, percebemos que nos espaços de livre participação a presença de mulheres foi maior. Já nos espaços de

34 Glicéria de Jesus, moradora do Jardim Gardênia Azul. Transcrito do vídeo institucional já citado.

35 Roberto Aparecido dos Santos, ajudante-geral de construção civil, morador da Vila Real. Idem.

36 Paulo Cesar Jesus de Souza, estudante e morador no Jardim Badra. Idem.

representação política como a Assembleia dos Representantes dos Grupos de Trabalho e o Conselho do Orçamento Participativo, essa situação se invertia. Analisando as fichas de credenciamento disponíveis para o ciclo de 2006, computamos a presença de 1.486 pessoas nas 12 Plenárias, sendo as mulheres 58% desse total. Na Assembleia dos Representantes dos Grupos de Trabalho, a presença feminina caiu para 38%. Já no Conselho do OP essa presença caiu ainda mais: 21% de mulheres.

Ainda nesse particular, passamos a observar esse fenômeno com mais atenção e percebemos que as mulheres participavam ativamente nos Grupos de Trabalho, mas se esquivavam das candidaturas. O espaço eleitoral era ocupado na sua maioria por homens. O Corpo passou a discutir essa situação e deliberou por estimular as mulheres a registrarem candidaturas. A tabela mostra que em 2008 os espaços de representação no OP estavam mais equilibrados do ponto de vista do gênero.

Tabela 3 – Participação no OP por gênero

	Fase externa		Fase interna			
	Plenárias		Representantes		CORPO	
	F	M	F	M	F	M
2006	58%	42%	38%	62%	21%	79%
2007	55%	45%	45,6%	54,4%	27%	73%
2008	59%	41%	47%	52%	44%	56%

Fonte: Prefeitura de Suzano

Os registros de credenciamento no ciclo 2007 somaram 2.302 moradores nas plenárias regionais, 55% maior em relação ao ciclo 2006. Em 2008, 1.956 participantes nas plenárias regionais.

Ainda sobre a movimentação provocada pelas plenárias, reproduzimos a seguir mais alguns depoimentos.

Sobre as expectativas:

Espero que aconteça as mudanças, não é? E que os casos e as nossas reivindicações sejam realmente coerentes.” (Josenilda Araújo Ramos, moradora do Miguel Badra Alto, 2007).

Sobre as prioridades:

A creche é em primeiro lugar (seu José do bar, 2007).

Sobre o grupo de trabalho:

Na minha sala foi um grupo bastante heterogêneo, e isso é importante porque houve respeito mútuo (Júlio Cesar Mayer, advogado, morador no centro, 2007).

Veza por outra, recebíamos estudantes, pesquisadores, militantes partidários, agentes de outras prefeituras, solicitações com o objetivo de acompanhar as plenárias e outras ações do OP em Suzano. Destacamos a visita de Cristina Esser, uma jovem alemã que chegou a Suzano por intermédio do diretório nacional do Partido dos Trabalhadores a fim de conhecer uma experiência de Orçamento Participativo no Brasil para compor sua pesquisa acadêmica na área da ciência política. Ao final de uma grande plenária, Cristina registrou o seguinte depoimento em seu modo próprio de se expressar:

Eu acho que é um processo bem importante para uma cidade, participar democraticamente. O povo pode participar aqui mesmo... tem uma transferência [dos dados] do orçamento mesmo. É bem importante porque tem uma política... porque dá pras pessoas entender isso. Eles precisam saber pra que fazem isso, para onde vai o dinheiro mesmo. Como se pode participar. Eu acho muito importante mesmo.³⁷

ASSEMBLEIA GERAL DE REPRESENTANTES

A fase interna do Orçamento Participativo se iniciava após a 12ª Plenária. Era o momento para as ações no âmbito da representação política, ou seja, quando representantes e conselheiros eleitos na fase externa, junto dos indicados pelo governo municipal, atuavam até a eleição de novo conselho na fase externa do ano seguinte.

Nós estamos nos referindo aqui a um misto de representação com atuação direta considerando que todo o conteúdo, toda a pauta do Corpo era definida nas plenárias regionais deliberativas. Participavam da Assembleia todos os representantes escolhidos nos grupos de trabalho, conselheiros e suplentes eleitos nas plenárias. As três assembleias realizadas (2006, 2007 e 2008) aconteceram na EMEF Antônio Marques Figueira situada no Jardim Santa Helena, zona central da cidade. No pátio da escola, acontecia a plenária onde apresentávamos num telão o processo das 12 plenárias, a movimentação, as prioridades eleitas em cada região, ou seja, uma espécie de raio X do processo. Nesse momento, a representação era desigual. Quanto mais gente presente na plenária regional, maior o número

37 Cristina Esser, historiadora e pesquisadora. Idem.

de representantes na assembleia geral. Pensávamos na representação política de senadores e deputados federais num congresso nacional bicameral, como é o caso brasileiro. Isso servia de pretexto para conversas e, nessas conversas, aprendemos que quase ninguém aparentemente conhecia essa especificidade, bem como os tempos de mandato (oito anos para senadores com trocas de 2/3 e 1/3 da casa alternadamente a cada quatro anos, e quatro anos de mandato para deputados federais), representação por estado federado no caso do Senado e representação proporcional ao tamanho do eleitorado no caso da Câmara.

A assembleia era ainda o espaço de eleição de segundo terço do Corpo. O primeiro terço estava eleito diretamente nas plenárias. O segundo terço era disputado entre os representantes e o terceiro terço era indicado pelo prefeito dentre os representantes das secretarias municipais. Organizávamos 12 grupos de trabalho durante a Assembleia Geral, um para cada região³⁸. Cada sala de aula, dessa vez, estava identificada com a flor 'típica' da sua região. Nesse momento, os grupos percebiam o desequilíbrio em termos numéricos. Ao final do tempo dedicado aos grupos de trabalho, as candidaturas ao Conselho eram registradas no palco situado no pátio da escola. O palco, dessa vez, estava decorado com as 12 flores.

Registradas as candidaturas, esperava-se um processo de votação. O desequilíbrio numérico permitia um sem números de possibilidades. A composição entre regiões que tiveram plenárias mais cheias, por exemplo, permitiria que estas acumulassem mais espaço no Corpo. Nas três edições estudadas, houve composição na Assembleia Geral e as 12 vagas disponíveis no Conselho foram distribuídas proporcionalmente uma por região, de forma que o acordo construído durante a articulação entre as regiões reunidas nos grupos de trabalho trazia para a mesa coordenadora dos trabalhos apenas 12 candidatos, sendo um por região. Isso tornava a votação na Plenária Final um processo de aclamação do consenso construído anteriormente. A festa estava concluída com a distribuição das flores que decoravam o palco entre os novos conselheiros.

CORPO

As reuniões do Corpo eram públicas e abertas. Contávamos frequentemente com a presença de amigos, parentes e crianças que, de alguma forma, participavam dos debates

³⁸ No ciclo 2008 foram 13 salas, por incluir a Plenária Temática da Juventude.

trazendo sugestões, perguntas, dúvidas e brincadeiras. O Corpo se alimentava nesses encontros. Tudo começou com o bolo de mandioca da Neidinha³⁹. Os encontros do Corpo eram divertidos, alegres, um alto astral parecia sugerir que a vida na cidade poderia melhorar na medida em que assumíamos ali responsabilidades coletivas em edificá-la, na medida em que um sonho coletivo e um compromisso com o futuro ia se construindo coletivamente. Não raro, crianças acompanhavam pais e mães, o que garantia por si só uma energia revigorante aos encontros. Carregávamos uma caixa com o material utilizado na Ciranda durante as Plenárias, com cores, papéis, tesoura, revistas, cola etc. Foi o caso da conselheira ao Corpo 2007, Edileusa Alves Matos, que frequentava as reuniões acompanhada da filha Giovana que, aos 8 anos de idade, era chamada de mascote do OP.

O seminário de formação do Corpo acontecia nos primeiros encontros. Nós convidávamos agentes de governo e técnicos da prefeitura para traduzir as questões referentes ao orçamento público municipal, partilhando as informações sobre receitas, despesas, processos administrativos, fluxos de processos e sistemas de gestão, procedimentos licitatórios entre outros. As áreas mais demandadas nas plenárias, normalmente saúde, obras públicas, educação, também apresentavam suas especificidades de sistema público, dados da rede de atendimento, pacto federativo etc. Os representantes da prefeitura apresentavam as diretrizes norteadoras da administração municipal para cada um dos temas. Os seminários contribuíam na compreensão do poder público e no pensamento sobre a cidade. Era um encontro intenso com muita partilha de saberes, de experiências e construção coletiva de conhecimento. As relações iam se estabelecendo cuidadosamente no Corpo e dando a conhecer o desejo, comum aos presentes, de transformar a cidade num lugar melhor para viver. A Figura 6 apresenta o material didático produzido para trabalhar o específico das licitações públicas.

39 Edineide Moraes de Santana, mais conhecida como Neidinha, foi eleita na Plenária da região Jasmim em 2006. Moradora do bairro Casa Branca, popular e carismática, Neidinha disputou as eleições proporcionais à Câmara Municipal de Suzano no ano de 2012, assim como vários conselheiros e conselheiras também disputaram eleições proporcionais.

Figura 5 – Capa do caderno específico sobre as Licitações Públicas



Fonte: Publicação da Prefeitura de Suzano/SP.

No período pesquisado, os três Corpos definiram dois encontros semanais, no período entre julho e meados de setembro. Em Suzano, o prazo para envio do projeto de lei do orçamento anual à câmara municipal encerrava no último dia de setembro. Nos encontros semanais, o Corpo estudava as prioridades eleitas nas plenárias, no diálogo com representantes das Secretarias Municipais⁴⁰. Na oportunidade, os representantes das secretarias apresentaram os estudos preliminares para cada uma das prioridades afetas à respectiva pasta, assim como os custos necessários para investimento e seu consequente impacto no custeio. Outras áreas técnicas⁴¹ também participavam no sentido de dar o suporte necessário à discussão. De modo geral, os próprios secretários municipais discutiam com o Corpo. O processo educativo acontecia numa prática de partilha de saberes. Os primeiros encontros do Corpo eram marcados pela instituição de um grupo quase que completamente desconhecido. Várias eram as estratégias utilizadas da produção de materiais específicos que consideravam a cultura local sentida nas reuniões preparatórias e nas plenárias regionais, ao ‘cafezinho’ no intervalo das reuniões. Nesse momento, outros fios se teciam e, atentos, a equipe de educadores populares cartografava os sentidos em tecedura.

Nesse estudo das prioridades eleitas (36 em 2006 e 2007, 40 em 2008 com a inclusão da plenária de juventude e da prioridade para a cidade), o Corpo procurava a viabilidade de

40 Todas as secretarias demandadas dentre prioridades em discussão no Corpo compareciam. De um modo geral, as áreas mais demandadas eram: saúde, educação, obras públicas, cultura, esporte/lazer.

41 Áreas ligadas às secretarias meio, como por exemplo, o setor de projetos (arquitetura e engenharia), o setor de licitações, o setor de planejamento orçamentário e outros quando necessário.

cada uma delas do ponto de vista da técnica, da política, das finanças e orçamento e da legalidade. Explicamos rapidamente esses pontos:

- a) Viabilidade técnica: Há demanda real para a obra ou serviço reivindicado? Há interesse público?
- b) Viabilidade política: Há coerência com o programa de governo eleito? Quais as implicações inerentes à sua execução? Está coerente com as prerrogativas da municipalidade?
- c) Viabilidade financeira e orçamentária: Qual o volume do investimento? Qual o impacto de custeio?

Aproveitávamos esse ponto para estudar também o custo de viver na cidade, a composição das receitas públicas, as possibilidades de buscar recurso em outras instâncias para aumentar a capacidade de investimento da Prefeitura, e dessa maneira, perceber as opções políticas e a responsabilidade na definição das despesas. Nesse momento aparecia a seguinte pergunta: quem arca com os custos de viver na cidade?

- d) Viabilidade jurídica/legal: Possui legislação proibitiva? Possui (ou há necessidade de) legislação autorizativa? Há entraves jurídicos?

Esse debate era muito rico. A população representada por conselheiros eleitos nas plenárias, agentes de governo como secretários, diretores, assessores, áreas técnicas compreendidas como o corpo efetivo da prefeitura, estava ali frente a frente. E nesse confronto produzimos saberes, incorporamos conhecimentos, e deliberamos por creches, unidades de saúde, reformas, ampliações, centro cultural no jardim Colorado, asfaltamento de vias e tantas outras coisas.

Toda aquela fluidez nos parecia como um sistema de drenagem irrigando um solo árido que vai, devagar, amolecendo a terra para o arado, permitindo o sulco da enxada até tornar possível o plantio. As reuniões do Corpo eram compreendidas como seminários. Seminário, semeadura, semente, semem: a ideia de lançar as sementes sobre um chão urbano na medida mesma da transformação do solo árido em solo fértil, onde brote beleza e vida melhor para todos.

CARAVANA

Os registros das três caravanas do OP mostram que o percurso era definido nas reuniões do Corpo, tendo em vista que todas as regiões deveriam ser visitadas. Conselheiros definiam os lugares da região a serem destacados, as questões a serem observadas, a realidade a ser sentida. E o ônibus da prefeitura municipal cumpria o percurso com todos, anotando, conversando, fotografando, enfim, vivendo a experiência. O dia passava muito rapidamente e, ao final, exaustos, uma breve colheita das impressões e sensações servia como avaliação e elaboração dos afetos partilhados. Não raro, comitivas saudavam a caravana na porta das casas, nas esquinas, nas ruas com exibição de faixas e cartazes. Uma alegria.

Foto 8 – Da janela lateral⁴² do ônibus, o CORPO viu manifestações populares



Fonte: arquivo pessoal

Materialidade: PLANO DE INVESTIMENTO, a LOA e execução.

Todo esse percurso vivido no Corpo conduzia ao momento da decisão. Esse processo funcionava como filtro, tendo em vista que algumas prioridades eleitas poderiam ser consideradas inviáveis, outras poderiam ser aglutinadas. Sobretudo o volume de recurso disponível na esfera do investimento público municipal nunca é suficiente para atender todas as necessidades de uma cidade com as características de Suzano. Interessante destacar que nos três anos estudados, o Plano de Investimento, documento que registra as decisões do Corpo, foi construído no consenso. Se não, vejamos: por que nunca votamos? Por que não virou um tradicional jogo de maiorias? O que compõe e o que fica fora do plano de investimento?

42 Da canção Paisagem na janela, de Lô Borges e Fernando Brant (O poeta é um geógrafo. Ele traduz/cria a paisagem).

Outro elemento a ser analisado é o fato de que todas as regiões foram contempladas. Exceto no ano de 2006, quando duas regiões se somaram para construção de um Centro Cultural no Jardim Colorado. Superado o processo decisório, o plano de investimento era formalmente entregue ao chefe do poder executivo local. As cerimônias de entrega aconteciam no gabinete do prefeito. Em 2006, o conselheiro da região Sálvia, Geraldo Magela, disse que:

O plano de investimentos foi escrito a várias mãos. Houve muita discussão, pois as escolhas são muito difíceis, tem coisa que fica de fora. (Geraldo Magela, vila Maluf, 2006).

Durante a leitura do plano de investimentos, o conselheiro Antônio Brás da região orquídea, perguntou se o Corpo estava de acordo. Afinal, disse ele, “no Corpo nunca ninguém decidiu nada sozinho” (Antônio Brás, Suzano, 2006).

Paulo Ferreira, da Região Hortênsia, destacou a responsabilidade de ser conselheiro. “Pensamos muito, discutimos, ponderamos os riscos e fomos cuidadosos. Afinal, estamos decidindo os investimentos para toda a cidade” (Paulo Ferreira, jardim Leblon, 2006). Para Ernesto Moisés da Região Lírio, “o Corpo deve ter cautela, pois as obras acontecerão em 2007. Tudo isso aumenta a autoestima do povo de Suzano” (Ernesto Moisés, Suzano, 2006). Ao receber o documento com as decisões populares, o prefeito de Suzano disse que:

A prefeitura e a população saem do processo (OP) enriquecidos. Aprendi muito e fiquei muito entusiasmado com o nível do debate. (Marcelo Candido, Suzano, 2006).

Ao final da cerimônia, Osli Barroso da região orquídea revelou: “nunca imaginei que isso (o OP) poderia acontecer um dia em Suzano”.

Foto 9 – O Prefeito recebeu o Plano de Investimentos assinado pelo CORPO 2006



Fonte: arquivo pessoal

Fonte: arquivo pessoal

O Corpo ainda acompanhava a tramitação da LOA no Legislativo Municipal. Alguns

dialogavam com vereadores sobre esse assunto. O ano de trabalho encerrava com um seminário de avaliação do OP seguido de uma festa, e retomado no ano seguinte com o seminário de planejamento para o ciclo seguinte.

Identificamos algumas mudanças inerentes ao processo educacional vivo e queremos apontar os seus diversos aspectos por meio da explicação de algumas atividades realizadas.

Em que pé que tá? Foi uma criação que visava a acompanhar o processo, saber dos projetos, dos planos, do fazer específico da prefeitura municipal que antecede o início das obras físicas mais visíveis para a população. Podemos perceber na Figura 6 que a escolha de uma centopeia sugere que muitos passos são necessários na execução do orçamento público. Dessa maneira, trabalhávamos uma espécie de passo a passo entre a decisão tomada na plenária do OP até a conclusão da obra e sua entrega para uso da população. Uma sequência de telas preparadas para a especificidade de cada decisão, passando pelo trabalho do Corpo, pela constituição da legalidade junto ao poder legislativo, pelas etapas técnicas (projeto básico, licitação, projeto técnico, licitação, contratação, início das obras, fiscalização etc.). Montávamos um varal onde pendurávamos cada tela impressa em papel sulfite.

Figura 6 – Marca criada para a Ação de Prestação de Contas



FONTE: Prefeitura de Suzano/SP.

OP juventude foi uma deliberação na conferência municipal de juventude. A proposta foi aceita pelo Corpo e foi incorporada como Plenária temática no ciclo 2008.

Articulação em Redes: o OP Suzano, especificamente o Corpo, articulou-se com outras iniciativas com destaque para o Fórum Paulista de Participação Popular e a Rede Brasileira de OP. O Corpo ampliado participou do seminário de instalação dessa rede, ocorrido em Belo Horizonte/MG, participou dos Encontros de OP's da região metropolitana de São Paulo e da Rede Internacional de OP. Também participou do 1º Seminário Internacional de OP realizado em Belo Horizonte/MG; O Corpo participou ainda de audiências públicas realizadas por obrigação da Lei do Orçamento Anual do Estado de São Paulo.

Prioridade para a Cidade: o ciclo 2008 do OP trouxe essa inovação. Além das prioridades eleitas visando ao investimento de recursos na região da plenária, a necessidade de aprimorar o pensamento sobre a cidade levou o Corpo a incluir uma prioridade para a cidade no processo. A partir de então, cada plenária regional definiu três prioridades regionais e uma prioridade para a cidade para análise do Corpo. Interessante observar o resultado da votação: uma plenária indicou um centro de atenção psicossocial para dependentes de álcool e outras drogas (CAPs AD); a plenária da juventude indicou a criação da coordenadoria de juventude; 11 plenárias regionais reivindicaram a instalação de um hospital público na cidade. Percebemos que o debate sobre a cidade se intensificou nos encontros do Corpo e também nas reuniões preparatórias a partir das conversas sobre as diferenças entre uma decisão que atenda aos interesses e necessidades de uma região e/ou de um conjunto de regiões, a saber, uma cidade inteira.

Ciranda do OP⁴³: com a decisão do Corpo na avaliação do ciclo 2007, um pequeno grupo de educadores inventou a Ciranda do OP e formulou uma proposta ao Corpo no início do ciclo 2008. A Ciranda foi um espaço criado para as crianças que acompanhavam adultos ou que chegavam curiosas com a agitação noturna na escola e no bairro. Nasceu um espaço divertido, com jogos e brincadeiras visando à permanência das crianças nas plenárias e inclusão na discussão sobre a cidade. Falaremos um pouco mais sobre essa inovação.

Esse grupo de educadores criou uma forma de incluir as crianças no OP considerando e respeitando a infância. Inspirados na proposta dos Parques Infantis na gestão

43 Vídeo institucional sobre a Ciranda do OP, disponível em <<https://opsuzano.blogspot.com.br/p/ciranda.html>>. Acesso em: 13 de março de 2026.

de Mario de Andrade como Diretor de Cultura, Educação e Recreação da Prefeitura de São Paulo entre 1935 e 1938 como ferramenta para formar pessoas livres, a possibilidade de oferecer um ponto de encontro e convivência para as crianças, um permanente “recreio” onde o aprendizado aconteceria de forma mais espontânea se vinculada à vontade de brincar, para que crianças de diversas faixas etárias pudessem pensar livremente sobre a cidade e, na potência dos encontros, contribuíssem com a discussão dos adultos no OP.

Foto 10 – CIRANDA DO OP durante uma Plenária Regional Deliberativa



FONTE: Prefeitura de Suzano/SP.

O fato de poder discutir com as crianças sobre os espaços públicos e a cidade foi ao mesmo tempo prazeroso e desafiador. Entretanto, como fazer fluir das crianças propostas para a Cidade sem tornar esse momento uma tarefa? Como escapar do jeito adulto de tratar, ver e fazer a cidade? Muitas coisas são antecipadas nas vidas da garotada: a escolarização, um universo de obrigações, compromissos, o tempo do trabalho. Não queríamos antecipar uma preocupação com o dinheiro, por exemplo. Pelo contrário, queríamos escapar dessa discussão de forma a preservar a infância dos temas próprios dos adultos. Elas terão muito tempo para isso, pensávamos. Na compreensão de nossa equipe, nosso desafio era receber as crianças nas escolas e experimentar com elas algo novo, motivado pelo simples prazer do encontro e, no encontro, pensar livremente sobre a cidade, sobre a vida na cidade e imaginar como ela pode ser melhor. O trabalho iniciava com a canção A Cidade Ideal⁴⁴, donde

44 De Enriquez, Bardotti e Chico Buarque. 1977. Para o musical infantil Os Saltimbancos.

aproveitávamos a seguinte provocação: Qual a cidade dos seus sonhos?

Nós buscávamos na Ciranda do OP como expressão do ócio criador, um mundo de descobertas, ambiente lúdico e prazeroso convidando as crianças para “brincar” com o pensamento sobre a cidade, e descobrir o que gostariam que a cidade lhes oferecesse. O vídeo⁴⁵ utilizado na Ciranda lançava pistas para as crianças: para o cachorro, a cidade ideal tem muitos postes e não tem carros; para a galinha, tem as ruas cheias de minhocas. Quando um coro de crianças alerta: “atenção porque nesta cidade corre-se a toda velocidade [...] tem restaurante assando galetto”. Para a gata, a cidade ideal tem tripa, sardinha e alcatra. Por fim, o velho e sabido jumento, prevenido, afirma ser a cidade uma estranha senhora que hoje ri e amanhã te devora. Ao que novamente o coro de crianças destaca a sabedoria do velho jumento em sua advertência à gata: cuidado para sua pelica não virar cuíca! E todos os quatro, cachorro, galinha, gata e jumento, em uníssono, cantam:

Mas não, mas não / O sonho é meu e eu sonho que / Deve ter alamedas verdes / A cidade dos meus amores / E, quem dera, os moradores / E o prefeito e os varredores / Fossem somente crianças / Deve ter alamedas verdes / A cidade dos meus amores / E, quem dera, os moradores / E o prefeito e os varredores / E os pintores e os vendedores / As senhoras e os senhores / E os guardas e os inspetores / Fossem somente crianças.⁴⁶

Foto 11 – Cidade do sonho na CIRANDA DO OP



FONTE: Arquivo pessoal.

Tais provocações disparavam pensamentos sobre a cidade. Estão registradas 12 cirandas no OP onde as crianças nos revelaram cidades muito interessantes. Vejamos algumas pistas reveladas na ciranda:

45 Disponível em: <<https://opsuzano.blogspot.com/p/ciranda.html>> Acesso em: 13/mar/2026.

46 HOLLANDA, Chico Buarque de. Tantas palavras. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 133.

- Uma rua que não tivesse carros para não atropelar as crianças (João, 9 anos);
- No lugar do cemitério de carros poderia construir uma creche (Bianca);
- Queria que tivesse asfalto na sua rua porque fica ruim para andar [sua mãe já escorregou duas vezes]. Queria iluminação nas ruas onde não tem (Sofia);
- Queria que tivesse poste de apertar o botão para atravessar (Gabriel);
- Queria que tivesse uma escolinha para que as crianças ficassem enquanto os pais trabalham (Jéssica);
- Uma quadra de esportes (Eduardo, 12 anos);
- Um cinema (Igor, 10 anos);
- Uma biblioteca para a gente estudar, uma praça e um parque aquático (Rafael, 11 anos);
- Gostaria que o parquinho da escola fosse reformado (Peterson);
- Poderia arrumar o areão para poder brincar (Karolayne);
- Escola de artes para ensinar a fazer brinquedos (Guilherme, 11 anos);
- Gostaria de um parque mais verde para andar de bicicleta, parecido com
- Ibirapuera (Tainá);
- Mais iluminação pública para brincar até mais tarde na rua. Hoje não dá por causa do escuro (Marília);
- Gostaria de um parquinho (João, 5 anos);
- Escola de Circo;
- Mais árvores (Rebeca);
- Praia;
- Rio de Chocolate (Samuel);
- Eu gosto das casas da minha cidade, eu queria um circo! Com palhaço, sol e coelho. Meu vô e minha vó moram na minha casa. Na minha casa tem passarinho e eu gosto das asas dos passarinhos (Lívia).

Em 2008, 549 crianças, artistas de diversas regiões da cidade, participaram da Ciranda do OP. Voando nas asas da imaginação, mas com os pés na realidade de cada bairro, foram tecendo um recado para os adultos na hora de pensar, planejar e investir na cidade, no espaço urbano, que na visão das crianças tem espaço para todos: crianças, jovens, idosos, pessoas com e sem deficiência, pois no universo infantil tudo pode acontecer, basta entrar na brincadeira. E a cada obstáculo, a cada desafio, prontamente pintavam ideias mirabolantes e novos rumos apareciam. O prefeito Marcelo Candido reforçou o recado das crianças: “As crianças, na Ciranda do OP, deram sinais ao Poder Público. A cidade é para todo mundo”⁴⁷.

Quando os pais e as mães demonstravam alguma insegurança em liberar as crianças para a equipe da Ciranda, eles mudavam de ideia ao conhecer o espaço, o ambiente preparado para recebê-las e a proposta de trabalho que era realizada. Os produtos das oficinas eram tornados públicos ao final das plenárias. Crianças sobre o palco, trabalhos expostos em desenhos e folhas, uma criança falava ao microfone sobre a cidade produzida na Ciranda. Aos olhares curiosos, a plenária aplaudia a apresentação. Percebíamos, nesse momento, as conversas entre os presentes. Ao final da apresentação dos desenhos, as crianças caminhavam ao encontro dos pais, mães, avós, dos responsáveis, enfim, e acompanhavam a plenária final. Além das conversas, percebíamos também que muitas crianças eram recebidas com manifestações de carinho dos adultos. Não raro, beijos e abraços carinhosos sensibilizavam o ambiente.

Um grande mapa da cidade de Suzano em tecido foi preenchido, região por região do OP. Esse registro permanecia na escola por um tempo. No momento da Assembleia Geral do OP, os pedaços correspondentes a cada uma das 12 regiões foram reunidos e costurados, formando assim um mapa gigante de Suzano que foi apresentado na Posse dos Conselheiros e no Encontro das Cidades. As crianças convidavam o Corpo, e também nossa equipe de trabalho, a pensar outras possibilidades de ser e estar na cidade. Essa experiência provocou deslocamentos.

Com a experiência de uma vida dedicada às lutas populares, José Candido percebeu a produção das crianças. Para ele, “O OP é a partilha de experiência, de cidadania, de participação. Imaginem as crianças participando em Cirandas do OP pelo Brasil afora, aonde podem chegar no futuro? Teremos um outro país”⁴⁸.

47 Prefeitura Municipal de Suzano. Boletim OP. n. 28, jul. 2008.

48 Idem. n. 30, jul. 2008.

Todo o material de apoio ao OP foi produzido na experiência. Imersos nesse fluxo, produzimos os conteúdos dos cadernos no movimento próprio dos acontecimentos. Naturalmente, os cadernos didáticos contaram com colaboração de profissionais de comunicação na editoração e ilustração no sentido de torná-los agradáveis e coloridos, assim como as peças de comunicação de massa como faixas, cartazes, folhetos de divulgação etc. Outros tantos materiais foram produzidos apenas por nossa equipe, como os vídeos, apresentações em slides, boletins e outros. Esse material está disponível em um blog específico e pode ser acessado em <<http://opsuzano.blogspot.com.br>>.

Na materialidade de uma experiência vivida no ambiente urbano, estamos encontrando indícios de que uma pedagogia da cidade pode ser possível na medida em que os sujeitos se encontram para tratar de assuntos que lhes são comuns e, sendo comuns, promovem adesão no desafio de pensar a realidade da vida na cidade e construir projetos de futuro. No OP, a população se encontrava nas escolas durante as Plenárias Regionais, ou no Corpo no caso dos conselheiros eleitos em Plenária, para, junto do poder público, discutir a cidade, ampliar os olhares e produzir conhecimentos acerca da cidade. Dessa maneira, ao elaborar os projetos para obras ou políticas públicas por parte da Prefeitura, parcerias foram se compondo, foram se descortinando horizontes de que a vida na cidade pode melhorar e, para tanto, é necessário assumir compromissos e construir vínculos. Em outras palavras, a cidade é necessariamente uma construção coletiva de que todos, sem exceção, podem participar.

Disse o poeta João Cabral de Melo Neto: “os rios que eu encontro vão seguindo comigo”. Os fluxos das experiências neste estudo e mesmo no empírico da realização do

orçamento participativo em Suzano vão, na medida desta escrita, entrelaçando-se, promovendo reencontros e ajustes temporais. Durante nossos estudos, alguns episódios vão tomando nossas lembranças como se em novos significados, outras cores e outros sentidos. A respeito da ciranda do OP em Suzano, por exemplo, o então deputado estadual José Candido reconheceu a importância de um trabalho que torna mais frequente o exercício democrático de escolher coletivamente as ações e/ou obras mais importantes, mais necessárias para a vida na cidade. Ele dizia sobre o exercício coletivo das escolhas, ou dito de outro modo, da construção de acordos num movimento que vem do dissenso, que vem do múltiplo, do diverso, visto que as plenárias construíam publicamente a pauta das lutas, a lista dos desejos da população ao poder público tendo, nesse entre, o Corpo e a tarefa de qualificação das demandas e definição das prioridades. Em sua sabedoria popular, José Candido nos mostrou que esse trabalho é suado, exige esforço e parece revelar que, de alguma maneira, as classes populares podem ocupar mais espaço no controle democrático do Estado.

Se considerarmos que os exercícios no orçamento participativo ao longo dos quatro anos estudados⁴⁹ ampliam as possibilidades em relação ao calendário eleitoral com vistas ao preenchimento dos espaços no executivo e no legislativo brasileiro, por contágio suspeitamos que outras instâncias estatais, como os conselhos, e não estatais, como por exemplo as associações de moradores e outros espaços, aquilo que Boaventura chama de terceiro setor, podem experimentar relações mais horizontais e mais democráticas.

Não seria absurdo afirmar, na esteira da observação de José Candido que na experiência do OP, no exercício dos pensamentos e das escolhas, produzem-se outros sujeitos, produzem-se outros sentidos no trânsito da vida na cidade e, neste ponto específico de nosso estudo, não nos parece demasiado afirmar que promovemos enfrentamentos com aquilo que Boaventura chama de autoritarismo do Estado e autoritarismo do mercado.

Nesse esforço em compreender um pouco mais essa nossa experiência nesse confronto com o estudo que qualifica nossa ação vivida, não podemos ser ingênuos em sugerir que a adesão se promovia pela consciência. Dessa forma, muitas forças disputavam por dentro, tentando fazer de todo movimento promovido pelo orçamento participativo mera correia de transmissão deste ou daquele interesse particular, mesmo que coletivo. Nossa intuição levava a diluir tais pressões no caldeirão das plenárias, o que não era necessariamente

49 O primeiro mandato de Marcelo Candido foi no período de 2005 a 2008.

tranquilo. Posicionávamo-nos, por dever de ofício, mas antes por opção política, num espaço de fronteira, num entre, num *inter-esses* que aceitavam o movimento e, agindo assim, buscando as forças necessárias para sustentar o movimento do OP, talvez tenhamos assistido aos primeiros passos de uma ação política democrática que incidiu ao mesmo tempo sobre o Estado e o terceiro setor.

POR UM JEITO ARTISTA DE GOVERNAR A CIDADE

Assim denominamos o desafio de reinventar a cidade promovendo bons encontros entre a prefeitura e a comunidade. Para tanto, são necessários deslocamentos no jeito de estar na estrutura do Estado, aqui considerado Município. Da parte da população que aceitava o convite da prefeitura para cuidar da cidade, mais objetivamente para discutir o custo de viver na cidade, compreender de onde vem o dinheiro utilizado para arcar com esses custos e onde aplicar a parcela do investimento contida no orçamento público, igualmente deslocamentos e aprendizados. Outro jeito de cuidar da cidade, de pensar a cidade foi se construindo na experiência do OP em Suzano. Pois bem, vamos desenvolver aqui alguns deslocamentos, invenções e aprendizados que percebemos neste estudo. Deslocamento considerado aqui como movimentar nosso corpo e nosso pensamento, deixando lugares de acomodação para lugares de inquietação; experiência de movimento enquanto vivência.

Mesmo quando um grupo cujas afinidades estão mais para um espectro de esquerda, estar no governo com a responsabilidade de funcionar a máquina pública coerente com essas posições político-programáticas não é tarefa simples. A, por assim dizer, máquina pública tem uma lógica própria de funcionamento. Aparentemente, ela tende a conservar a si mesma, conservar sua lógica e jeito de funcionar. A operação da máquina está, em grande medida, num vínculo de dependência a um corpo de funcionários estáveis, concursados, que recebe uma equipe de governo compreendendo-o como o 'patrão'. Percebemos que uma lógica empresarial funciona como uma espécie de subjetivação neste corpo estável. Pensamos muitas vezes nesse tema da estabilidade do funcionalismo público. Essa estabilidade tem aspectos interessantes, é claro. Mas imprime, por outro lado, uma marca de conservadorismo muito forte, uma marca corporativa.

Vejamos alguns exemplos: uma proposta de prestação de contas pode encontrar várias resistências dentro da máquina pública. Certamente as saídas que temos percebido estão muito mais na esfera da internet. Não percebemos muitos mecanismos de prestação de

contas (seja financeira, seja política) que aconteçam no encontro físico, sem as mediações de tecnologia. Arriscamos dizer que, mesmo as que preveem encontros, estão capturadas por uma metodologia que interdita os movimentos, que coloniza os pensamentos. É comum ver as audiências públicas tanto no poder executivo quanto no poder legislativo, via de regra, um falatório de difícil compreensão.

O poder público parece saber, e saber bem, apresentar saídas administrativas. No campo da gestão da coisa pública, muitas alternativas aparecem. Contudo, são saídas que parecem ignorar a existência do sujeito, estão distantes do movimento mesmo da vida. Como se a administração pública fosse quase uma engenharia. Uma engrenagem que exige o encaixe exato das peças, o funcionamento bem ajustado, lubrificado. Uma espécie de fordismo administrativo. Contudo, o Estado é composto por sujeitos que não são, mas estão aqui ou ali, na condição de operador dessa “máquina” ou na condição de beneficiário dos serviços oferecidos por ela.

O DESAFIO DA DESCENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Evidentemente, do ponto de vista da população, em particular numa cidade com os contrastes sociais e espaciais como Suzano, ter o serviço público tanto mais perto quanto possível, faz muita diferença. Inúmeras solicitações de posto de atendimento bancário, agência de correio, lotérica foram apresentadas nas plenárias do OP. Serviços privados que, não estando disponíveis nas periferias, exigiam dos moradores quase que uma viagem para acessá-los. Depoimentos que davam conta de que a única agência de correios que funcionou no bairro fechou por baixa demanda, por motivo de insegurança etc. Ou seja, no mercado neoliberal, é necessário haver viabilidade econômica para o capital se instalar neste ou naquele lugar. Estamos apenas fazendo essa marcação para dizer, mesmo que de passagem, que a vida é maior do que a economia das trocas materiais, das trocas mercantis e financeiras.

O que fazer numa situação como essa? Seria interessante circular para acessar tais

serviços, mas o trânsito na cidade também é uma possibilidade custosa. As tarifas do transporte público são pesadas para uma parcela significativa da população que, não por acaso, habita os bairros mais afastados do centro comercial, financeiro e da oferta dos serviços na cidade. Nesse ponto, destacamos o trânsito no espaço da cidade, a circulação sobre o chão e os encontros e experiências consequências naturais dessa movência, em sua dimensão política no sentido de ampliar os horizontes, as visões de mundo, as compreensões da existência de diferenças habitando um mesmo lugar e, compreendendo isso, perceber também que a coexistência com as diferenças é rica. Circular mais ou cercar a circulação sobre o chão urbano é ampliar ou cercar o fazer político do povo na cidade.

Em Suzano, o transporte sempre foi operado por uma mesma empresa que nunca se submeteu a procedimentos licitatórios. Quando isso aconteceu, uma licitação duvidosa e um contrato assinado no apagar das luzes de uma gestão em dezembro de 2004, levou o prefeito de então à inelegibilidade por um período. Sentença reformada em última instância, o que não causa espanto. Mas o sistema que operou sempre foi alvo de muitas críticas, reclamações em vários veículos de comunicação, na própria empresa, na prefeitura, por parte dos usuários. Qualquer tentativa de mudança esbarrava na legislação. Resolvemos enfrentar esse desafio na relação com o poder legislativo, mas a resistência mostrou-se intransponível. No caso do que ficou conhecido na cidade como o projeto SIM, sistema integrado de mobilidade, realizamos reuniões nos bairros para explicar a questão de modo didático, no sentido de tornar público um assunto de interesse público. Como estava o contrato em vigor? O que travava os avanços e melhorias no serviço de transporte público municipal? Por que motivos o contrato beneficiava mais um ou outro lado, da empresa, da prefeitura, do usuário?

O poder executivo encaminhou à câmara de vereadores um projeto de lei que atualizava a caduca legislação municipal sobre o assunto. A população, conhecendo um pouco sobre o assunto, compareceu em peso. O projeto SIM foi rejeitado.

Como institucionalizar uma fronteira, um espaço entre o movimento que institui e o poder instituído? como administrar a tensão permanente entre estado e movimento? Não nos referimos aqui em administrar meramente no sentido de gerir, de controlar essa tensão. Pelo contrário, pensávamos em cuidar dessa tensão no sentido de aproveitá-la em sua potência disparadora de movimentos e devires.

Optamos por uma institucionalização do processo do OP pela municipalidade por meio do instrumento do decreto municipal. Elaboramos três decretos municipais com a regulamentação jurídica que denominávamos ‘regimento interno do OP’ ou as ‘regras do jogo’ e, no mesmo documento a nomeação do Conselho do Orçamento Participativo – Corpo com os conselheiros eleitos e indicados pelo governo. Vinha do processo um poder instituinte que se encontrava com o poder instituído e legitimado pela maioria do eleitorado no âmbito de sua legalidade.

Visivelmente, o OP em Suzano foi ocupado por camadas mais populares. Poderia ser ocupado por outros estratos da sociedade visto que a participação era aberta e a divulgação, massiva e diversificada. Por que não observávamos a presença das ditas elites da cidade no processo do OP? Pensamos que tais ‘elites’ possuem seus mecanismos de participação política, seus espaços para disputar o Estado brasileiro, seus canais de validação dos seus interesses corporativos. Pensávamos, à época, em estratégias para o envolvimento do funcionalismo público no processo do OP por perceber que a imensa maioria dos servidores municipais desconhecia o orçamento municipal. Entendíamos, e ainda entendemos, que qualquer debate sobre qualidade do serviço público, fica prejudicada sem o pano de fundo do orçamento público como um todo. Como discutir, por exemplo (algo que é muito usual), qualidade da educação desconhecendo os custos da educação, das escolas, o custeio do sistema, os gastos com transporte escolar, o custo aluno? Uma discussão séria sobre reajuste salarial corre o risco de cair no corporativismo, na defesa do interesse específico dos servidores municipais, quando se desconsidera outros gastos para além dos gastos com folha de pagamento. Enfim, todos esses temas estão interligados, envolvem os assuntos da cidade em seu conjunto e complexidade, pois o dinheiro público é finito. O Estado considerado como uma fonte onde jorra leite e mel é pura ilusão, ingenuidade ou ignorância. Na nossa experiência, sentimos muita resistência no segmento dos servidores diretamente, e ainda mais na sua instância de representação sindical. Outros mecanismos, canais, formas de participação se mostram bastante consolidadas e, infelizmente, pouco (ou quase nada) passavam por espaços públicos. Trata-

se de uma disputa mais sutil e sorrateira, pelo Estado.

A LUTA QUE FAZ A LEI

O direito e a lei não são fim em si. São meios na promoção de movimento ou de interdição. Quando chegamos à lei e a luta se acomoda, quando o movimento instituinte se acomoda por conta de uma suposta conquista de direitos, talvez entre em cena alguma figura de tutela, certa acomodação ou a ilusão de uma conquista de direito, como se o direito configurasse de fato uma conquista. Talvez essa confusão por si demonstre uma interdição que se manifesta na ilusão de um ‘colo’ por parte do Estado. Podemos discutir o Estado como ‘teta’ ou ‘colo’ de uma determinada categoria de sujeitos sociais. Por exemplo, historicamente o Estado brasileiro atende aos interesses de uma elite, o que queremos denominar como privilégio de classe. Contudo, essa ideia parece estar em muitos segmentos da sociedade quando outros setores também esperam, no exemplo da conquista de direito, que o Estado, a partir de então, seja o provedor. Pensamos discutir com Michel Foucault a ideia de maioria, a modernidade como ruptura. Contudo não nos parece que isso seja significativamente expressão do real. Não se trata aqui de comparar privilégios de uns com os supostos privilégios de outros. Pensamos o Estado como instrumento importante no sentido de diminuir as injustiças sociais provocadas sobremaneira pelo princípio do mercado. Trata-se de pensar essa instituição que, em sendo pública, está permanentemente em disputa.

TEMPORALIDADES: ENTRE AIÓN E CHRÓNOS⁵⁰

Percebemos na experiência (com Walter Omar Kohan, consideramos aión como o tempo da experiência) que um equilíbrio das temporalidades deve ser buscado. Os tempos da estrutura pública, estabelecido com tempo cronológico, o tempo medido, cronometrado, regida legalmente em estabelecimento de prazos, o que tem sua justificativa, não

50 KOHAN, W.O. A infância da educação: o conceito devir-criança. Revista Educação Pública. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/2/1/a-infancia-da-educacao-o-conceito-devir-crianca>>. Acesso em 13 de março de 2026.

necessariamente compreensível pela população. Via de regra a leitura popular é de excessiva burocratização, o que torna os procedimentos excessivamente morosos. Pensamos que esse tempo necessário para efetivação de uma obra pública é quase incompatível com o vigor da participação popular. O tempo da burocracia esfriava o entusiasmo dos conselheiros no OP. Inventávamos jeitos e jeitos de animar, no sentido de manter vivo o processo, informando dos andamentos dos processos e procedimentos administrativos, das tratativas internas ao poder executivo bem como das relações com outros atores como o legislativo quando da tramitação da lei do orçamento anual, com o judiciário quando de iniciativas dessa ordem como, por exemplo, as desapropriações e recursos judiciais, ou mesmo com fornecedores quando da disputa dos certames licitatórios, assinatura de contrato, ordem de serviços etc.

Outro aspecto que funciona como abertura ou fechamento ao processo,

até onde pudemos perceber, está no território da linguagem. A técnica, o jurídico, a legalidade, enfim, possui uma linguagem toda própria. Essa terminologia específica dos setores do conhecimento afasta a população dos debates. Contudo são temas públicos, são serviços e discussões que tocam no real, que falam da vida das pessoas. No geral, percebemos que a população sabe desses assuntos, mas, evidentemente, não domina a linguagem específica. À sua maneira, a população mais simples, aquela que encontrávamos nos diversos momentos do OP, falava dos assuntos específicos com sua linguagem própria. Um Estado permeável, disposto a aproximar dos setores populares precisa fazer um esforço de tradução das terminologias, um esforço de tornar inteligível, precisa aprender a falar a língua do povo. Não somos ingênuos, pois sabemos que por trás dessas afirmações aparentemente simples, estão estratégias sutis (ou nem tanto) de poder, de ocupação de espaços institucionais, de esconderijo na técnica para perpetuações pessoais e de grupos.

SER DE ESQUERDA

Se, como já apontamos, a instituição tende a manter-se, conservar-se, evidentemente há na estrutura setores mais abertos, gente mais disposta a inventar outras formas de existência institucional. Percebemos na leitura do nosso referencial teórico, e de alguma maneira desenvolvemos essas ideias no capítulo segundo a Secretaria Executiva do OP reunia um grupo de pessoas dentro do Estado local dispostas a fazer do seu trabalho uma espécie de laboratório de experimentação, tentativa e erro, de outras formas de funcionar a estrutura da prefeitura. No nosso entendimento, esse grupo funcionava muito mais como polissemia, como abertura para novas formas de ser prefeitura, como uma espécie de devir outro institucional em escala micro.

Um aspecto importante é o acreditar. O crédito está no centro. Estar convicto da necessidade do povo é olhar para a máquina pública, vê-la aberta, perceber suas engrenagens e seu funcionamento. Significa conhecer como os outros setores da sociedade disputam palmo a palmo o recurso público e a estrutura pública, é fundamental para que alguma mudança se torne possível. Portanto, estar convicto das lutas, tomar partido delas e tomar posição em favor deste ou daquele interesse ou lado, parece-nos fundamental para manter acesa a chama, para renovar as energias necessárias ao esforço de remar contra o fluxo natural das águas da política institucional. A máquina, em seu funcionamento padrão, não permite ações que são necessárias para um trabalho popular. Citamos no primeiro capítulo que por tantas vezes coordenamos os trabalhos, organizamos, acompanhamos as plenárias e, o que era frequente, arrumamos cadeiras, transportamos equipamentos, dirigimos perua Kombi e tantas outras iniciativas essenciais para o funcionamento do OP e para a presença de pessoas que, não fosse esse nosso esforço coletivo da secretaria executiva do OP, não estariam nas plenárias. Não por desinteresse, mas pela mais absoluta falta de condições materiais para estar na escola nos horários das plenárias.

Chamamos a atenção para dois aspectos ainda. Primeiro o que chamamos de desequilíbrio na representação do Estado e sociedade no Conselho do OP. O Corpo em Suzano sempre teve maioria popular e não optou por uma estrutura presidencialista. Funcionava como coordenação formada por quatro conselheiros. Evidentemente que havia tensões nesse jeito de organizar um conselho. Contudo, exigia de seus membros exercitar um jeito outro de trabalhar, de se organizar, de fluir as questões, de discutir e decidir sobre os temas de seu interesse. Pensamos que esse aspecto abre possibilidades principalmente para

os conselheiros do OP que também participavam de outros conselhos com estruturas e métodos mais verticais. Em nosso entendimento, o que chamamos de desequilíbrio no Corpo, algo que em princípio assustava setores do governo, mostrou-se uma experiência muito interessante.

O segundo aspecto diz respeito aos trabalhos internos à Prefeitura depois da entrega oficial dos Planos de Investimento. Evidente que houve disputa interna. Esta pesquisa fez vibrar muitas marcas, seja na revisão dos documentos, seja nas conversas informais com os companheiros de trabalho e luta, seja na movimentação do pensamento e abertura promovida pelos estudos. Seria ingênuo acreditar que tudo aconteceu de forma tranquila e linear. Revivemos momentos de intensa disputa e acirramento internos ao governo, internos ao partido dos trabalhadores e partidos aliados. A ideia de perspectivismo nos ajudou muito nesse processo. Afinal, são tantos os pontos de vista quanto os sujeitos envolvidos. No caso da experiência em Suzano, o prefeito sustentava o movimento desencadeado com o OP, o que fortalecia as ações dentro do governo. Porque no jogo do dia a dia, nos enfrentamentos, havia muitas dificuldades. Desde a tensão entre uma participação popular eleita nas plenárias e as representações tradicionais eleitas para o poder legislativo, e mesmo os secretário municipais, diretores e assessores. Cada ponto de vista, histórico de vida e de luta, conjunto de interesses, sonhos e projetos que os colocaram naquele determinado lugar e tempo.

(IN)FORMALIDADES

Sobre as formalidades típicas de Estado ou um jeito mais acessível para as pessoas que não estão habituadas com essa espécie de liturgia das autoridades constituídas, optamos por aproveitar a cultura no sentido de aproximar as ações nas plenárias e assembleias do jeito popular de se encontrar. Como se nossos encontros no OP parecessem, o mais possível, dos encontros na rua, no portão, do cotidiano das periferias. Dessa maneira, criamos um jeito próprio de fazer. Um exemplo disso é a intervenção teatral nas plenárias.

No caso do OP, o fazer cultural e artístico criou uma interface diferente daquilo que a instituição normalmente estabelece com a mediação dos cerimoniais. O jeito artista tocava o público e simplificava tudo aquilo que a burocracia e a técnica distanciavam. De alguma forma, tanto a técnica administrativa quanto os atores criavam uma representação da realidade naquele momento. Se por um lado a forma mais aproximada tornava o conteúdo mais inteligível, por outro lado sentíamos em alguns setores certos resistências a esse outro jeito de fazer encontros populares. Internamente ao governo, setores mais conservadores resistiam, questionavam esse jeito de fazer uma plenária. Pensamos que o comportamento aqui apontado tem como pressuposto métodos típicos das discussões políticas no interior da prática partidária, na experiência sindical ou religiosa. Queremos pensar uma experiência participativa mais próxima, inteligível, compreensível, mais adequada para a população que atraímos em Suzano com o OP. Em que medida essa prática partilhava as informações, partilhava o poder decisório e permitia que o político se movimentasse na ação? Sempre nos colocamos atentos a este fato: as ações em torno do OP promoviam ou interditam movimentos?

MAIS CIDADES (IN) VISÍVEIS: TEREZA, PAULO CEZAR E MARCELA

Como narramos no primeiro capítulo a partir das vozes e falas recolhidas no OP, muitas cidades foram se descortinando diante de nossos olhos. As cidades estavam *in*, ou seja, dentro das pessoas e foram se revelando, foram se tornando visíveis em nossos encontros. Falaremos de algumas.

Tereza é uma cidade onde todas as crianças têm escola para ficar ou estudar. Em Tereza, escolas são lugares para pensar, para encontrar, para conviver e para estudar. Mesmo quem não tem filho ou neto luta por escolas e, mais do que isso, trabalha para que as escolas existam e funcionem bem. O estrangeiro se sente estranho estando em Tereza. Lá, as crianças estudam sem renunciar à infância. Em Tereza, não há exploração do trabalho infantil, não há antecipação das coisas e preocupações do mundo adulto; a infância é protegida por todos. A vida das crianças terezianas é uma grande ciranda. Criança não se preocupa com dinheiro

tampouco com, por exemplo, telefone celular. Em Tereza, criança brinca. Uma moradora no Jardim Umuarama em Suzano nos disse, durante uma plenária em 2006, haver OP em Tereza. Ela nos deu boas pistas para transformarmos a creche do OP em uma ciranda. Porque dinheiro é assunto, gostemos ou não, para ocupar as preocupações de adultos durante a vida toda. É praticamente impossível livrarmo-nos da mediação monetária nas trocas econômicas neste mundo do mercado. Porque um precisa do trabalho do outro no sentido de satisfazer as necessidades em sua sobrevivência. Contudo as crianças estão protegidas de tais preocupações.

Em Paulo Cesar, a situação é bem parecida. Lá a cidade parece mesmo uma construção coletiva e seus moradores pensam sobre isso. Quem vive em Paulo Cesar torna-se generoso: eles trabalham coletiva, incansável e cotidianamente por melhorias no bairro. São exigentes para com suas vidas: lazer e educação são prioridades absolutas e todos, independentemente de estarem ou não frequentando as escolas em Paulo Cesar, cuidam das escolas e das crianças. Aliás, criança é comum em Paulo Cesar. Talvez por ser uma cidade muito jovem, os laços de parentescos são públicos: todos os habitantes de Paulo Cesar são pais, mães e cuidadores de todas as crianças de lá.

Marcela é uma cidade onde o prefeito anda na rua. A cidade (d)e Marcela é feminina. Apesar de masculino, o prefeito representa quase que umbilicalmente suas representadas. Marcela são muitas cidades porque marcelenses são igualmente múltiplos e variados. Sonham com cidades. Por exemplo: gatas marcelenses sonham com pratos de filé espalhados nas esquinas; as galinhas sonham com milho na rua para, com o calor, estourarem em pipoca. Cães em Marcela sonham com um poste por metro quadrado. Contudo o sabido jumento previne: “a cidade é uma estranha senhora que hoje ri, amanhã te devora⁵¹”. Todo 4 de outubro é feriado em Marcela, dia do padroeiro: São Francisco de Assis. Marcela ainda festeja o dia 25 de outubro.

Pois é. O prefeito de Marcela consegue perceber toda essa diversidade na cidade, inclusive que as contradições na cidade são de muitas ordens. Entre o sonho e as idealizações de uma cidade, em Marcela, realidade e sonho podem perfeitamente se misturar. E nessa mistura, tantas outras possibilidades podem acontecer. O povo de Marcela não precisa saber exatamente o que quer, porque querer já é muita coisa. Então, quando o povo se reúne e

51 Em referência à fala do jumento na canção A cidade ideal, De Enriquez, Bardotti e Chico Buarque. 1977. Para o musical infantil Os Saltimbancos.

conversa sobre a cidade, na medida dos agenciamentos, o povo vai descobrindo o que quer, vai criando uma linguagem para representar seus desejos. E o prefeito sabe que o povo também quer o que não sabe, o que ainda não conhece. E que, conhecendo, vão ampliando seus olhares para si, vão reconhecendo no outro um sujeito, e vão alargando seus horizontes, vão percebendo que a cidade é grande e, nesse processo, sentem vontade de circular, de transitar, vão ampliando as visões de mundo.

Não raro, ouve-se o prefeito dizendo dos aprendizados em seus encontros com o povo de Marcela. Não raro, o prefeito fala do entusiasmo vivo nos encontros. Ele nos dá uma pista interessante em nossa formulação de saberes construídos na experiência: a cidade é encontro. Um bom encontro é aquele em que cada um traz o melhor de si para o banquete. Um bom prefeito exerce sua autoridade como Babette⁵², promovendo encontros em forma de festa, servindo banquetes aos convidados. A experiência sensível, a partilha dos sabores, na analogia do filme Festa de Babette, serve como referência para a partilha dos saberes. No confronto das diferenças, ninguém sai o mesmo que chegou. O aprendizado nas assembleias é transformador. Um bom prefeito recebe e acolhe como Vianne Rocher⁵³ em sua chocolataria.

Esse clima de festa também habita outros espaços instituídos. A câmara (feminina) é de vereança, não é dos vereadores. Mulheres e homens ocupam o mesmo número de cadeiras, assim como proporcionalmente as diferentes etnias estão ali representadas. Em Marcela já não há mais Poderes; são Potências. E julgar caiu em desuso. A representação política se faz proporcionalmente não por um decreto, de uma lei, de um mandamento, de uma norma ou todo tipo de ordem superior, mas por cuidado às diferenças. E nessas aberturas, em Marcela o pensamento voa como a borboleta que sai do casulo. Porque lá Manoel de Barros⁵⁴ vive. Porque “poesia é voar fora da asa”. Porque “noventa por cento do que eu escrevo é invenção. Só dez por cento é mentira”.

LAVAS NA PISCINA

A manhã estava quente num daqueles dias que despertam uma cisma. O sujeito passa o dia cismado: alguma coisa está prestes a acontecer. Não há nenhum sinal evidente, mas é

52 A Festa de Babette. Filme dinamarquês de 1987, dirigido Gabriel Axel. Drama.

53 Chocolate. Filme americano de 2000, dirigido pelo sueco Lasse Hallström. Comédia dramática.

54 Manoel Wenceslau Leite de Barros (Cuiabá, 19/dez/1916 – Campo Grande, 13/nov/2014), poeta.

como se o acender e apagar das lâmpadas vermelha, amarela e verde do sinal de trânsito, apesar de sua monótona repetição, fosse o prenúncio de um desastre. Apesar disso, a manhã seguia em suas agitações rotineiras de um paço municipal. Quando o celular passa a vibrar insistentemente. O bom senso recomenda não interromper a entrevista para uma jornalista da empresa privada de comunicação para atender o irrequieto telefone celular. Mas o aparelho insiste. A ligação procede do gabinete do prefeito que pede ajuda com “um munícipe muito nervoso, que está desequilibrado e carrega algo que pode ser perigoso”, disseram. Imediatamente seguimos até lá, pois o nome do assim chamado “munícipe” nos era bem conhecido. Um ex-conselheiro do OP com temperamento muito difícil, mas cujos dramas pessoais e familiares muito nos sensibilizaram. Ele lutava pelo direito das pessoas com deficiência. Com o senhor X estabelecemos vínculos para além do Corpo. Senhor X possui um filho com deficiência. O filho, um rapaz adorável, com aproximadamente 20 anos à época, que frequentava um serviço público oferecido num equipamento específico para atendimento dessa natureza. Tal equipamento estava vinculado à secretaria municipal de educação, o que a equipe da pasta entendia como um problema, visto não se tratar de uma escola. Polêmicas à parte, voltemos para o telefonema: o que o senhor X, ou o munícipe como foi anunciado pela recepção do gabinete do prefeito, poderia carregar de perigoso a ponto de assustá-las?

Ainda pelo telefone⁵⁵, a única informação que conseguimos entender era trata-se de lavas. Lavas? Isso mesmo! Pensamos de imediato: que tipo de explosão teria acontecido no interior do senhor X? Erupções de que ordem? Vulcânicas? Pouco provável. Pois bem, assim que nos avistou caminhando pelos corredores na direção do gabinete, ele veio ao nosso encontro. Estava transtornado. Ele falou uns 15 minutos sem parar, nem nos permitindo interferir sequer para os cumprimentarmos de praxe com alguma solenidade. Carregava uma garrafa do tipo PET. Depois do desabafo inicial, compreendi que a garrafa possuía água que, segundo senhor X foi coletada na piscina desativada da escola do filho (para o senhor X, seu filho frequentava uma escola para pessoas com deficiência, discordando, portanto, da visão da secretaria municipal de educação). Ele trazia as “lavas” de mosquito da dengue para mostrar ao prefeito.

Já no estacionamento da prefeitura, senhor X mais calmo, seguimos para escola. Conversamos com os responsáveis e constatamos que todas as providências já estavam

⁵⁵ Em referência ao samba gravado em novembro de 1916, de Ernesto dos Santos (Donga) e Mauro de Almeida. Consta como o primeiro samba gravado, a partir dos registros na biblioteca nacional.

tomadas. Não se tratava de larva, tampouco água parada. Não é exagero afirmar que esse episódio fortaleceu os vínculos entre nós. Mantivemos relações ainda por muito tempo. Até que fui surpreendido com a notícia que o senhor X foi vítima de isquemia. Aquele homem de meia idade, forte, cujo nervosismo parecia não caber no corpo, ganhou as marcas daquilo que já não mais cabia dentro de si. Por conhecer razoavelmente o senhor X, percebi que as marcas invisíveis do nervosismo, expressão do seu sofrimento, tornaram-se visíveis. Agora elas estão impressas no seu corpo.

NAQUELA MESA ESTÁ FALTANDO ELE

Juarez Araújo Braga nasceu Garça/SP aos 26 de novembro de 1930. Um sujeito singular: já aposentado, foi com o filho prestar vestibular. Dizia tratar-se de um apoio. De fato, queria estudar filosofia. Estudou na Universidade de São Paulo e chegou a morar no CRUSP⁵⁶. Na juventude, viajou pelo interior do Brasil trabalhando como agrimensor. Para os amigos, ele revelava essa opção pela sobrevivência desde sua atuação pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB. Seu Juarez se declarava sem religião e ateu. Também declarava acreditar na humanidade. Um homem pequeno, chamado de professor passarinho por suas ex-alunas do antigo Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM). Um sujeito extraordinário. Quando nos conhecemos ele já era senhor de um corpo cansado, marcado, um homem velho. Mas de uma energia contagiante. Fizemos muitas reuniões preparatórias do OP juntos. Andamos pela periferia de Suzano, viajamos em missões para tratar dos temas da participação popular em outros municípios. Estudamos juntos.

Marcelo Candido conta que aprendeu a anotar nas páginas dos seus livros com o professor Juarez. Um grande companheiro de bar. Diabético, tomava vinho e estava sempre disponível para uma aventura. Carregava sempre uma mala de livros e textos intermináveis. Lia e escrevia muito. Quando nossa relação ficou mais cotidiana, seu Juarez estava envolvido

⁵⁶ Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo.

com a obra de Paulo Freire, duas em particular: *Pedagogia do Oprimido* e *Educação como Prática da Liberdade*.

A campanha eleitoral de 2010 ficou um tanto mais difícil sem o seu Juarez. Ele trabalhava o dia todo e ainda tinha energias para as atividades de campanha, as conversas, reuniões, pedidos de apoio, visitas e muito, mais muito andar pela cidade encontrando as pessoas.

Escrevemos três textos com referência ao Juarez. Dois artigos foram publicados na coluna do jornal diário: o primeiro intitulado *Naquela mesa está faltando ele*. Para Juarez Araújo Braga⁵⁷; o segundo intitulado O coletivo Juarez Braga⁵⁸. O terceiro texto tem características de carta com notícias das terras de cá um ano depois da sua morte. Queríamos mandar notícias de nossos feitos, desfeitos, aventuras naquela terra onde éramos forasteiros. Atualizá-lo dos acontecimentos, de nossas andanças, errâncias e aventuras na cidade, um ano depois de nossa despedida física. O texto leva o título Carta ao amigo Juarez Braga⁵⁹. Se ele leu? Isso é o que menos importa. Vale o registro de mais um momento.

MESTRE CANDIDO É A BRECHA

Conhecemos José Candido em 2000, quando estivemos em sua casa no Jardim Revista. Naquela oportunidade, recém-graduado no curso de Geografia, transitávamos pelo Brasil com olhos e ouvidos bem abertos para a diferença de culturas, lugares, paisagens etc. Nosso primeiro contato com o Jardim Revista foi de surpresa. Toda uma porção de terra à margem direita do rio Tietê com relevo, uma terra elevada. Alguns se referem ao bairro como o morro do Revista. De fato, transitar pelas ruas ainda de terra com declividades acentuadas, não era tarefa das mais fáceis. As ruas principais, consideradas assim devido ao fluxo do transporte coletivo de passageiros, possuíam pavimentação asfáltica.

Em 2005, pedimos ao Candido para organizar uma conversa com os moradores mais antigos do bairro. Investigávamos as origens do bairro e, principalmente, o nome do córrego

57 Disponível em: <<http://blogdoivanrubens.blogspot.com.br/2010/12/naquela-mesa-esta-faltando-ele-para.html>>. Acesso em: 13 de março de 2026.

58 Disponível em: <<https://blogdoivanrubens.blogspot.com/2011/06/o-coletivo-juarez-braga.html>> Acesso em 13 de março de 2026.

59 Disponível em <<http://blogdoivanrubens.blogspot.com.br/2011/10/carta-ao-amigo-juarez-braga.html>>. Acesso em 13 de março de 2026.

no fundo do vale onde aconteciam épicas peladas (de futebol), campeonatos do bairro onde se destacava tal goleiro de baixa estatura, considerado o Pelé debaixo das traves. Enfim, procurávamos o nome do córrego, alguma referência histórica que nos ajudasse nessa busca. Bem, na conversa e nas andanças com o Candido pelo bairro, conhecemos dona Mariinha. Uma senhora pequenina, linda, bem velhinha então que dizia morar no bairro desde antes do bairro existir. Ela nos contou passagens maravilhosas do início daquele povoamento. Sobre o nome do córrego, ela afirmou: “chama-se corguínho. Agora, quando chovia, nós chamava de córgo.” Mariinha disse que as mulheres desciam e subiam o morro por uma trilha muito estreita, com as latas de roupa na cabeça, em direção ao córrego para lavar. Esse trajeto exigia muito esforço, mas era facilmente vencido pelas mulheres que moravam nas poucas e distantes casas entre si, e muitas crianças à volta, todas cantando, dentre outras canções, esta:

Lava, Lava Lavadeira
Lava roupa o dia inteiro De manhã tá na cozinha
À tardinha, passar um café.

Contou também que durante a lavação da roupa, as crianças brincavam na água fazendo uma algazarra. Era uma alegria... Tudo isso para nos dizer que o córrego estava ali à disposição de todos com água boa para beber, lavar roupa, cozinhar, para a alegria das crianças. A paisagem descrita por dona Mariinha e seus amigos e amigas remete à década de 1950-60. As poucas casas ficavam na parte alta do morro do jardim Revista com largos espaços entre elas. Poucos moradores que ela lembrava por sobrenome. Tudo era mato e algumas trilhas levavam para o rio e para as conexões com a cidade. Interessante perceber uma característica de Suzano: os moradores se remetem à região central, ao núcleo urbano no entorno da estação da CPTM como “Suzano”. Parece uma compreensão de periferia como não cidade, como outra coisa que não Suzano. Portanto, ao partir dos bairros para o centro da cidade, a pessoa parte para Suzano.

A família Candido chegou a Suzano, especificamente ao convívio no bairro de dona Mariinha, no ano de 1973. Segundo ela, Candido chegou com o bairro já crescido.

Em vários pontos da cidade, uma história se repetia, contada por gerações diferentes: o sapato na sacolinha de mercado. As pessoas saíam da casa calçando um sapato velho, um chinelo por exemplo. E numa sacola carregavam o sapato de sair. Seguiam por ruas lamacentas ou empoeiradas com o sapato velho ou chinelo. Chegando ao ponto de ônibus que, este sim, circulava por ruas pavimentadas com asfalto, os sapatos eram substituídos.

Quando o sapato velho estava muito sujo, dentro da sacolinha ele ficava escondido por perto do ponto de parada do ônibus aguardando para a saga do retorno entre o ponto e a casa. Tudo isso para, segundo a contação da história, não chegar com os pés sujos, o que revelava certa vergonha pública. Como se, na esteira do raciocínio de outrem, o limpo representando uma suposta objetividade, uma transparência, como se não existisse a subjetividade, a opacidade aqui representada pelo sujo. Como se a periferia da cidade, apesar de sua potência inovadora, representasse o sujo e os lugares nobres da cidade representassem o limpo. Quando o sujeito desloca no chão da cidade, transita, circula, nesse movimento liga esses lugares e dimensões. Cidade e sujeito compreendidos como obra aberta.

Essa breve história coletada na realidade concreta da cidade (feminina) e do urbano (masculino) nos provocam a pensar tantas analogias. E nesse movimento aparecem aberturas para produção de sentidos outros, conceitos outros, novas possibilidades de olhar para a cidade, de perspectivá-la, e de produzir-se.

Pois bem, a casa da família Candido era muito comprida. Não era grande. Como muitas casas nas periferias urbanas, várias construções distribuídas num mesmo terreno, este com forte declividade. E um longo corredor intercalando piso plano e lances de escada. Posicionada numa quadra cujo arruamento definia um triângulo fechado no cruzamento principal que garantia acesso à padaria, no pequeno centro comercial, e à parada de ônibus. Enfim, para acessar o alto do morro do Revista, uma volta grande com forte inclinação precisava ser vencida pelos pedestres. Então, contamos o que chamou muito a nossa atenção: como o corredor da casa dos Candido ligava as duas ruas, e as escadarias facilitavam o trânsito morro acima e morro abaixo, os portões nas extremidades do corredor entreabertos durante o dia, como passagem dos moradores do entorno. Uma espécie de comunidade se estabelecia na passagem. Porta e janela da cozinha ficavam abertas permanentemente. Dona Laura, esposa do seu Candido, trabalhava na cozinha entre cumprimentos e conversas com todos que trafegavam pelo corredor. Candido, ao telefone, interrompia suas conversas para receber os vizinhos que, passando pelo corredor, ao ouvirem sua voz, paravam para um café e um dedinho de prosa. Inusitado não menor pela fruteira. Logo cedo, frutas passavam da cozinha para o corredor e eram consumidas pelos transeuntes, especialmente pelas crianças. Assuntos mais importantes eram discutidos na sala, entre brincadeira das crianças e o ruído da televisão. Uma intensa relação de vizinhança se estabelecia no fluxo do corredor que ligava a parte baixo e alta nesse trecho do morro do Revista. Se nossa memória não falha muito, foi

mais ou menos assim uma manhã inesquecível do ano de 1998 quando nos colocamos a pensar sobre a diluição da fronteira entre público e privado. Uma espécie de comunidade se criou ao redor de um casal, seu Candido e dona Laura, acolhedor, solidário, popular. O corredor da casa dos Candido era a brecha no Jardim Revista.

Bem, voltemos ao Candido. Mestre Candido, como era chamado. Um sujeito inesquecível em sua simplicidade, carisma e sabedoria. O artigo intitulado Brasil de Tom Jobim, Sócrates e José Candido⁶⁰, a propósito de sua despedida deste mundo em 2012, está disponível na internet.

Mestre Candido, uma brecha na política.

SUJEITO RIO

Olhando agora em perspectiva, percebemos que toda experiência do OP estava baseada na ideia de encontros possíveis na cidade. Sujeitos e cidade numa tensão que é permanente. Cidade compreendida para além de sua materialidade física e concreta, mas também como inter-relação de sujeitos. Sujeitos em movimento, movimentos em sujeitos. Dessa maneira, o OP promovia os encontros e, no ineditismo e singularidade, uma potência de movimentos, de ações, de fazeres políticos que, em última instância, provocavam novas marcas na realidade material da cidade. À medida que a prefeitura municipal realizava as obras decididas no OP, o processo ganhava uma espécie de concretude final. Final, mas sempre parcial, pois finalizava um interesse localizado no território, materializava uma prioridade eleita numa plenária atendendo aos interesses coletivos de uma região. O Corpo era, contudo, composto por 12 regiões. Pensamos em uma experiência de totalidade processual, uma totalidade em permanente processo de construção coletiva. Um vir a ser constante: de vir a ser...

⁶⁰ Disponível em: <<http://blogdoivanrubens.blogspot.com.br/2012/02/brasil-de-tom-jobim-socrates-e-jose.html>>. Acesso em 13 de março de 2026.

Pois bem, nessa experiência, aprendemos que um conjunto de fatores interfere na qualidade dos encontros. Todo um esforço se faz necessário no sentido de criar as condições, preparar um ambiente favorável para que os bons encontros aconteçam. Tanto mais intensos serão os encontros, quanto mais abertura ao diferente tragam os sujeitos.

DOBRADIÇA: CIDADE E SUJEITO

Nesse ponto, faremos uma espécie de dobradiça ligando cidade e sujeito. Para tanto, vamos recuperar um aspecto apontado no capítulo primeiro, momento em que destacamos o Seminário de participação popular na tentativa de criar um ambiente favorável no interior do governo para os trabalhos com o Orçamento Participativo em sua transversalidade necessária. Na oportunidade, formulamos o convite para fazer da cidade um jardim. Baseamo-nos na crônica Sobre política e jardinagem⁶¹ de Rubem Alves. O texto foi distribuído aos presentes e alguns elementos foram aproveitados no convite. Resumidamente, o autor fala do fazer político como vocação, da arte de bem governar e da beleza dos jardins com lugares de todos. Um jardim pode também ser privado e, assim, empobrecido de acordo com este autor. O que nos interessa é mais o convite formulado pelo autor para que os jovens se interessem pela política como a arte de bem fazer jardins para todos.

Esse episódio relatado no primeiro capítulo data de 2005. Uma década depois, durante a escrita desta obra, encontramos com Topofilia⁶² de Yi-fu Tuan que, de forma muito particular, também descreve jardins. Queremos destacar neste ponto o processo de produção de um sujeito na cidade, deste sujeito em particular. Se neste momento da pesquisa-experiência é possível falar de conhecimentos produzidos, é necessário falar também de um sujeito que se produz permanentemente. Na leitura de Tuan, imediatamente nos deparamos com as contradições e os deslocamentos no pensamento. Porque, se fosse hoje, certamente

61 ALVES, Rubem. Sobre política e jardinagem. In: _____. **Conversas sobre política**. São Paulo: Editora Verus, 2002.

62 TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo sobre a percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

o convite para fazer da cidade das flores um grande jardim viria acompanhado de algum tipo de qualificação para este jardim. Um jardim de que tipo? São tantos os tipos e possibilidades de jardins. Nós mesmos, no caso de recebermos um convite para participar de um movimento disposto a fazer da cidade um grande jardim, perguntaríamos: que jardim? Porque são várias as possibilidades de jardim. Assim como são tantas as possibilidades de cidade e de sujeito. São tantos quantos cada um difere do outro e de si a cada instante.

Neste fragmento, afirmamos que o sujeito se produz no processo educacional. Assim foram as Caravanas do OP. Elas permitiram que os conselheiros ampliassem o olhar para a cidade. De forma geral, a cidade se nos revela nos trânsitos realizados no cotidiano do sujeito. Assim, a cidade vai se resumindo aos percursos vencidos cotidianamente: de casa para o trabalho, do trabalho para casa. De casa para a igreja, da igreja para casa. E para escola, para o centro comercial, para o mercado, para a creche. Enfim, essa é a cidade conhecida e que referencia um conceito sobre a cidade. Na experiência da caravana, conselheiros preparavam um roteiro por onde o ônibus seguiria no interior de cada região. O trabalho de produção do trajeto, de decisão dos pontos a serem mostrados pelo anfitrião aos visitantes, aos estrangeiros, aos forasteiros, exigia estudo e pensamento. O movimento da caravana do OP começava antes mesmo da partida do ônibus e seu fluxo pelas 12 regiões do OP. Ou seja, circulávamos muito pela cidade.

REFERÊNCIAS

Leituras que também deram território para o trabalho no Orçamento Participativo em Suzano.

Sobre o Orçamento Participativo

AZEVEDO, Sergio de; FERNANDES, Rodrigo Barroso (Org.). **Orçamento Participativo: Construindo a democracia.** Rio de Janeiro: Revan, 2005.

BASSI, Marcos Edgar. **Participação social e democratização da gestão pública no município:** primeiras ações de governo e a opinião dos gestores. Extrato do pós-doutorado na faculdade de educação da USP.

DUTRA, Olivio; BENEVIDES, Maria Victoria. **Orçamento participativo e socialismo.** 1. ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

GENRO, Tarso; SOUZA, Ubiratan de. **Orçamento participativo: a experiência de Porto Alegre.** 1. ed., Fundação Perseu Abramo, 1997.

GRAZIA, Grazia de; RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Experiências de orçamento participativo no Brasil.** Período de 1997 a 2000. Vozes, 2003.

SÁNCHEZ, Félix. **Orçamento participativo: teoria e prática.** Cortez, 2001.

Sobre Suzano

AZEVEDO, Suami Paula. **Retratos de Suzano: Canto meu recanto.** Suzano/SP: Oriom, 2004.

CÂMARA MUNICIPAL DE SUZANO. <<http://www.camarasuzano.sp.gov.br/suzano>>

SUZANO. **Nomeia o Conselho do Orçamento Participativo e Institui seu Regimento Interno.** Decreto Municipal nº 7.542/2006 de 8 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 7.594/2007 de 10 de julho de 2007.

Referências na arte

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Corpo.** 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1984.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis.** 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

CALVINO, Ítalo. **O visconde partido ao meio.** São Paulo: Companhia das letras, 2011.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Memórias do subsolo.** 6. ed. São Paulo: 34, 2009.

GALEANO, E. **De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso.** Porto Alegre: L&PM, 2007.

KAFKA, Franz. **A metamorfose.** 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Sobre educação

DIAS, Romualdo. **Educação de jovens e adultos: novas perspectivas!** Curitiba: Appris, 2015.

FREIRE, Paulo. Papel da educação na humanização. **Revista Paz e Terra**, São Paulo, n. 9, out. 1969. p. 123-132.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 11. ed. 23. reimp. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

Outras leituras

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Uma boa política é aquela que multiplica os possíveis. In: **. Encontros: Eduardo Viveiros de Castro**. Organização de Renato Sztutman. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008. p. 228-258.

CASTRO, Eduardo Viveiros de., STIGGER, Veronica; VILELA, Fernando. **Onde a onça bebe água**. Cosac Naify, 2015.

DELEUZE, Gilles. **O abecedário de Gilles Deleuze**. Disponível em: https://clinicand.com.br/wp-content/uploads/2021/02/Gilles_Deleuze_Claire_Parnet_Abeced_rioz-lib.org_.pdf Acesso em 12 de março de 2026.

DELEUZE, Gilles. Pensamento nômade. In: _____. **A ilha deserta e outros textos**. São Paulo: Iluminuras, 2006 (3. reimp. 2014). p. 319-329.

FONSECA, Tania Mara Galli. A cidade subjetiva. In: _____.; KIRST, Patrícia Gomes (Org.). **Cartografias e devires: a construção do presente**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 253-257.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 277-293. (Tradução da transcrição não autorizada de uma lição proferida no Collège de France em 1 de fevereiro de 1978).

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. Por que investigo o poder? In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. O que são as luzes? In: _____. **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Ditos & Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GUATTARI, Félix. Restauração da cidade subjetiva. In: _____. **Caosmose**. Rio de Janeiro: 34, 1992. p. 149-158.

GUATTARI, Félix. **Máquina Kafka**. São Paulo: N-1, 2011. p. 51-66.

HARDT, Michael. **O comum do comunismo**. Disponível em <<http://www.ohiraebonilha.com/M%20Hardt%20-%20O%20Comum%20no%20Comunismo.pdf>>. Acesso em: dez. 2017.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Tradução de Marques, C. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Declaração**: Isto não é um manifesto. São Paulo, n-1 edições, 2014.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade a revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LECHNER, N. Hay gente que muere de miedo. In: _____. **Los pátios interiores de la democracia**. Chile: Fondo de Cultura Económica, 1990.

LUKÁCS, Georg. **Narrar ou descrever**. Ensaios sobre literatura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família, ou, a crítica da Crítica contra Bruno Bauer e consortes**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos ídolos ou como se filosofa com o martelo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. Política e Filosofia. São Paulo: 34, 1996. p. 1-33.

RICOEUR, Paul. **Tarefas do Educador Político**. São Paulo: Edições Loyola.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente**. Contra o desperdício da experiência. v. 1: 5. ed. São Paulo/SP: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Coleção Reinventar a emancipação social, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SARTRE, Jean-Paul. **O que é subjetividade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

Ver também:

BLOG DO IVAN RUBENS: <https://blogdoivanrubens.blogspot.com/>

CANAL DO IVAN RUBENS: <https://www.youtube.com/@IvanRubens>



ESTE E-BOOK APRESENTA UMA EXPERIÊNCIA REAL E TRANSFORMADORA DE IMPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO DE SUZANO/SP, REVELANDO COMO A PARTICIPAÇÃO POPULAR PODE RESSIGNIFICAR A GESTÃO PÚBLICA E FORTALECER A DEMOCRACIA. A PARTIR DE UMA NARRATIVA SENSÍVEL E REFLEXIVA.

O AUTOR CONDUZ O LEITOR POR UM PERCURSO QUE ARTICULA POLÍTICA, EDUCAÇÃO POPULAR E VIVÊNCIA COLETIVA, EVIDENCIANDO OS DESAFIOS E AS POTENCIALIDADES DE CONSTRUIR UMA CIDADE COM A PARTICIPAÇÃO ATIVA DE SEUS CIDADÃOS.

MAIS DO QUE TRATAR DE NÚMEROS E DECISÕES ORÇAMENTÁRIAS, A OBRA DESTACA O PROCESSO FORMATIVO QUE EMERGE DO ENVOLVIMENTO DAS PESSOAS NA VIDA PÚBLICA. A

O PROVOCAR REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO SUJEITO, DO ESTADO E DA CIDADE, O LIVRO CONVIDA O LEITOR A PENSAR: O QUE REALMENTE FICA QUANDO A POPULAÇÃO PARTICIPA? ENTRE APRENDIZADOS, VÍNCULOS E NOVAS FORMAS DE VER O MUNDO, ESTA LEITURA INSPIRA A CONSTRUÇÃO DE CAMINHOS MAIS DEMOCRÁTICOS, CONSCIENTES E COMPROMETIDOS COM O BEM COMUM.

